

CITIPREVI – Entidade Fechada de Previdência Complementar

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

1º SEMESTRE DE 2025



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	03
2. FATOS RELEVANTES	03
3. GESTÃO DE RECURSOS (INVESTIMENTOS)	04
3.1 Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade	05
3.1.1 Distribuição dos Recursos de Investimentos	05
3.2 Enquadramento e Gestão de Riscos de Investimentos	06
3.2.1 Alocação e Concentração	13
3.2.2 Risco de Mercado	14
3.2.3 Risco de Crédito	16
3.3 Resultado dos Investimentos	17
3.3.1 Rentabilidade das Cotas por Gestor dos Fundos Exclusivos	18
3.3.2 Despesas Diretas	19
4. GESTÃO DO PASSIVO	19
4.1 Evolução Patrimônio Social	19
4.1.1 Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano	20
4.1.2 Solvência	21
4.1.3 Avaliação Atuarial	22
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23
5.1 Gestão Previdencial	24
5.1.1 Da Execução Orçamentária das Adições	24
5.1.2 Da Execução Orçamentária das Deduções	26
5.1.3 Gestão Administrativa	30
5.1.4 Evolução Patrimonial	32
6. INDICADORES DE GESTÃO	32
7. AMBIENTE DE CONTROLE	34
7.1 Avaliação de Riscos e Controles Internos	34
7.2 Compliance	34
7.2.1 Obrigações Legais	34
8. GESTÃO DA ENTIDADE	35
8.1 Estrutura Atual da Entidade	35
8.2 Certificação e Habilitação	35
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objetivo

O Conselho Fiscal da CITIPREVI – Entidade Fechada de Previdência Complementar, representado por seus membros infra-assinados, em cumprimento às determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, apresenta o relatório de controles internos referentes ao 1º semestre de 2025, para conhecimento e providências do Conselho Deliberativo.

O principal objetivo deste relatório é apresentar os resultados da análise realizada sobre a gestão dos recursos dos planos administrados pela **Citiprevi – Entidade Fechada de Previdência Complementar (Entidade) no primeiro semestre de 2025**. A análise compreende a verificação da aderência às normas e políticas de investimento, das hipóteses atuariais e da execução orçamentária, em conformidade com a legislação vigente e, em especial, com o art.19 da Resolução CGPC N.º 13, de 2004. Em suma, busca-se avaliar a adequação aos princípios e práticas de governança corporativo e controles internos adotados pela Entidade.

1.2 Escopo e Condução dos Trabalhos

Para a realização de seus exames e a elaboração do presente relatório, o Conselho Fiscal conta com o apoio da equipe Citiprevi e de seus prestadores de serviços, que incluem: Mercer (consultoria atuarial e investimentos) e Sinqia (administração dos planos).

Para elaboração do Relatório, foram considerados os seguintes tópicos para análise:

- Gestão dos Recursos;
- Gestão do Passivo;
- Execução Orçamentária;
- Ambiente de Controles; e
- Gestão da Entidade.

Os resultados das análises deste Relatório, ainda que auxiliados por consultoria externa, serão destacados como manifestação deste Conselho Fiscal. Posteriormente, esses resultados deverão ser encaminhados ao Conselho Deliberativo para que sejam providenciadas as medidas necessárias para atender às eventuais recomendações deste Conselho.

2. FATOS RELEVANTES

a) Transferência de Gerenciamento:

Em junho de 2025, a Citiprevi concluiu a transferência da administração de seus Planos de Previdência, anteriormente sob gestão da MetLife, para a Sinqia.

Esta decisão foi o resultado de um processo de Request for Proposal (RFP), que avaliou os serviços e propostas dos principais fornecedores do mercado, incluindo MetLife, Sinqia, Itajubá, Conduent e JCM.

Após a seleção da Sinqia, a empresa Opice Blum conduziu um processo de Due Diligence, focado na avaliação de riscos sob a perspectiva de privacidade e proteção de dados pessoais e segurança

da informação. A análise revelou que a Sinqia apresenta baixa maturidade em privacidade e proteção de dados pessoais e maturidade média em segurança da informação.

Apesar das constatações, a Diretoria aprovou a contratação da Sinqia, fundamentada no fato de que as três empresas finalistas (Sinqia, MetLife e Itajubá) utilizavam o sistema Sinqia. A aprovação foi condicionada ao compromisso da Citiprevi de implementar alternativas de governança e controles para mitigar os riscos identificados.

Atualmente, a Citiprevi avalia algumas empresas especializadas em auditoria para a prestação desses serviços.

b) Avaliação dos investimentos (taxas):

Em março do corrente ano, em continuidade aos trabalhos iniciados após a reestruturação da equipe, foi realizada uma avaliação dos custos associados à gestão de nossos recursos, apresentamos os seguintes pontos relevantes identificados e seus respectivos direcionamentos:

- **Custos em Fundos Exclusivos:** Verificou-se que a gestora Bram, por meio dos fundos exclusivos sob sua administração, realizava aquisições de cotas de fundos geridos pela própria instituição (com taxas significativamente superior as negociadas nos veículos exclusivos). Esta prática impactou negativamente a performance e a rentabilidade dos fundos exclusivos de nossa carteira. Em resposta a essa constatação, a referida prática foi formalmente proibida e os ajustes necessários foram implementados em abril. Adicionalmente, foi incluída uma vedação expressa no regulamento de todos os fundos exclusivos, aplicável a todos os gestores, proibindo a aquisição de cotas de fundos que incorram em cobrança de taxas de administração e/ou performance nos veículos exclusivos.
- **Taxas de Gestão - Carteira Vitalícia (Western):** A análise da gestão da carteira de investimentos vitalícia, atualmente sob responsabilidade da Western, revelou uma taxa de gestão de 0,03% a.a.. Após um estudo de mercado comparativo, constatou-se que fundos de pensão com perfis de carteira vitalícia similares, e por vezes de menor volume, praticavam taxas de até 0,01% a.a.. Diante desta diferença, conseguimos renegociar uma redução da taxa para 0,02% a.a.. Adicionalmente, avalia-se a possibilidade de, em um cenário futuro, considerar a substituição do gestor atual para buscar taxas de gestão ainda mais competitivas, potencialmente abaixo de 0,01%, visando otimizar a rentabilidade dos ativos.
- **Taxas de Gestão - Demais Ativos (Western):** Identificou-se que a gestão do restante da carteira sob a alçada da Western incorria em uma taxa de 0,28% a.a.. Após uma reestruturação e segregação da cobrança, especificamente na porção de Renda Fixa (RF), logrou-se uma redução significativa da taxa para 0,17% a.a. neste segmento.

3. GESTÃO DE RECURSOS (Investimentos)

A gestão dos recursos da entidade está rigorosamente alinhada às diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, a Resolução CMN N.º 5.202, de 2025, que sucedeu a Resolução CMN N.º 4994, de 2022 e aprimorou o arcabouço regulatório para a aplicação de recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs). Esta normativa impõe que todos os investimentos sejam conduzidos em observância aos princípios de segurança, rentabilidade,

solvência, liquidez e transparência, considerando primordialmente a natureza das obrigações assumidas com os participantes dos planos de benefícios.

A resolução também exige a adoção de robustas práticas de governança corporativa, que incluem a diligente seleção, acompanhamento e avaliação dos prestadores de serviços de gestão de ativos, e o irrestrito cumprimento do dever fiduciário. As Políticas de Investimentos da entidade, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, detalham os critérios e limites para a aplicação dos recursos, assegurando que a gestão seja executada em conformidade com as necessidades dos planos de benefícios e as melhores práticas de mercado.

É imperativo salientar que a responsabilidade pelo cumprimento dessas normas e diretrizes recai sobre todos os indivíduos que participam, por ação ou omissão, do processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos. Isso inclui, na medida de suas respectivas atribuições, membros de conselhos estatutários, procuradores com poderes de gestão, consultores e outros profissionais que influenciam o processo decisório, seja diretamente ou por meio de pessoas jurídicas contratadas.

3.1. Distribuição dos Recursos Administrados pela Entidade

A presente seção tem como objetivo apresentar a distribuição atual dos recursos administrados por esta Entidade, em estrita conformidade com o arcabouço regulatório estabelecido pela Resolução CMN N.º 5.202, de 2025. A alocação estratégica de nossos ativos reflete os direcionamentos da Política de Investimento da Entidade, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo, que detalham os critérios e limites para cada segmento, visando à otimização do retorno ajustado ao risco e ao cumprimento das obrigações futuras com os participantes e assistidos dos planos de benefícios. A seguir, detalhamos a composição da carteira de investimentos:

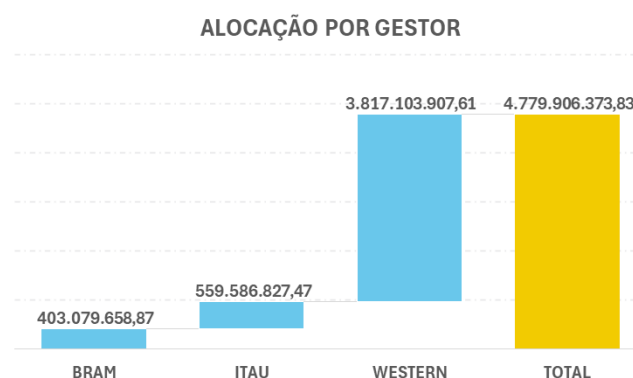
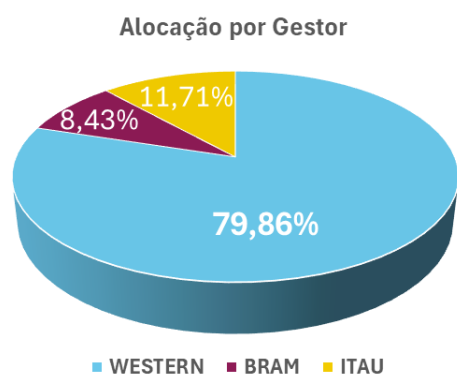
SEGMENTO	PLANO PRINCIPAL BD	PLANO SUPLEMENTAR	PLANO CD NOVO	PGA	SAÚDE	TOTAL
RENDA FIXA	2.469.059.926,15	1.569.241.932,67	328.695.788,75	10.734.360,12	37.775.522,32	4.415.507.530,01
NTNB	2.390.911.218,91	717.887.492,55				
LFT	78.148.707,24					
FUNDOS ABERTOS		104.011.492,67		10.734.360,12	37.775.522,32	
FUNDOS EXCLUSIVOS		747.342.947,45	328.695.788,75			
RENDA VARIÁVEL	-	172.503.092,04	72.659.504,85	-	-	245.162.596,89
FUNDOS EXCLUSIVOS		172.503.092,04	72.659.504,85			
INVESTIMENTO EXTERIOR	-	37.458.190,22	15.696.748,52	-	-	53.154.938,74
FUNDOS ABERTOS		37.458.190,22	15.696.748,52			
ESTRUTURADO	-	39.801.291,71	14.817.337,52	-	-	54.618.629,23
FUNDOS MULTIMERCADOS ABERTOS		39.801.291,71	14.817.337,52			
IMOBILIÁRIO	-	7.374.437,72	4.375.196,99	-	-	-
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		7.374.437,72	4.375.196,99			
TOTAL	2.469.059.926,15	1.826.378.944,36	436.244.576,63	10.734.360,12	37.775.522,32	4.768.443.694,87

3.1.1. Distribuição dos Recursos de Investimentos

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios da Citiprevi é estruturada em um modelo terceirizado. Os recursos estão distribuídos em três gestores externos especializados, selecionados com base em critérios de desempenho e conformidade. A alocação de capital é operacionalizada através de uma carteira diversificada, que compreende investimentos em fundos exclusivos, fundos condominiais e, especificamente para a cobertura das obrigações de longo prazo da parcela vitalícia dos planos BD e SUPLEMENTAR, em títulos da dívida pública federal.

A Estratégia de Alocação de Ativos é integralmente delineada e formalizada na Política de Investimentos da Entidade, documento aprovado pelo Conselho Deliberativo. Esta política estabelece as diretrizes macroeconômicas e os mandatos específicos para o posicionamento dos recursos em um horizonte de longo prazo, incorporando as recomendações e as modelagens derivadas do estudo de Asset-Liability Management (ALM), ou Cash Flow Matching. Tal ferramenta é essencial para a otimização da correspondência entre o perfil de risco-retorno dos ativos e a natureza e o prazo dos passivos atuariais, notadamente no que concerne à sustentabilidade das obrigações relacionadas à renda vitalícia dos planos.

A governança e a supervisão contínua dos planos são substanciadas pelo apoio estratégico de um administrador fiduciário, cuja atuação garante a conformidade regulatória, a segregação patrimonial e a aderência aos princípios de diligência e boa-fé. Adicionalmente, a Entidade beneficia-se da assessoria de uma consultoria de investimentos externa e independente, responsável pelo monitoramento exaustivo e pelo acompanhamento proativo das carteiras. Esta consultoria assegura a aderência contínua às metas e limites de risco-retorno definidos na Política de Investimentos, a avaliação constante de cenários de mercado e a proposição de ajustes táticos e estratégicos, conforme demais disposições e situações detalhadas no referido instrumento normativo.



3.2. Enquadramento e Gestão de Riscos de Investimentos

Em atendimento à Resolução CMN N.º 5.202, de 2025, a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) estabelece regras, procedimentos e controles internos adaptados ao seu porte, complexidade e modalidade de gestão de planos. Cada plano possui uma Política de Investimentos que detalha alocação de recursos, limites por segmento, modalidade, emissor, uso de derivativos e gestão de riscos. Conforme o Guia Previc Melhores Práticas em Investimentos, os limites definidos nessas Políticas são propositalmente mais restritivos que a legislação, refletindo a estratégia de alocação.

Para garantir a conformidade com a Resolução CMN N.º 5.202, de 2025, e as Políticas de Investimentos, a Entidade utiliza serviços de administração fiduciária e custódia centralizada. Estes serviços impedem aplicações não autorizadas e a superação de limites estabelecidos. A Entidade monitora as aplicações por meio de relatórios do Administrador Fiduciário, agindo com planos de ação em caso de desenquadramentos. As Políticas de Investimentos de 2025 estão plenamente adequadas à Resolução CMN N.º 5.202, de 2025. Adicionalmente, a consultoria de investimentos

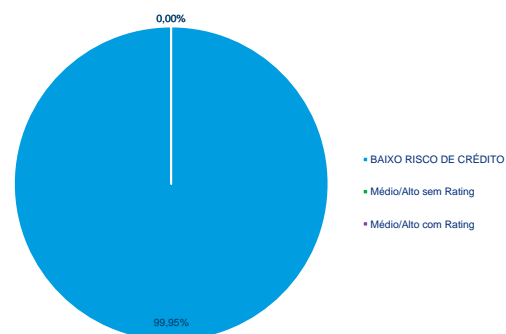
realiza de forma independente os controles de aderência da carteira de investimentos em relação a legislação vigente e a Política de Investimentos. Segue a demonstração do resumo dos enquadramentos e acompanhamento de riscos da carteira de investimentos, na posição de junho de 2025.

- Plano de Benefícios Definido (Principal)

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	2.470.341.539,01	2.470.341.539,01	-	100,00					
Renda Fixa	2.470.341.539,01	2.470.341.539,01	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Títulos Públicos	2.469.059.926,16	2.469.059.926,16	-	99,95	100,00				
Títulos Públicos Federais	2.469.059.926,16	2.469.059.926,16	-	99,95	100,00				
LFT	78.148.707,25	78.148.707,25	-	3,16	-				
NTN-B	2.390.911.218,91	2.390.911.218,91	-	96,78	-				
Caixa	1.649.268,60	1.649.268,60	-	0,07	-				
Valores a Receber/Pagar	- 367.655,75	- 367.655,75	-	0,01	-				

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	-	0,00%
Títulos Públicos	2.469.059.926,16	99,95%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	2.469.059.926,16	99,95%
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%
SUB-TOTAL	2.469.059.926,16	99,95%
Swaps + Outros*	1.281.612,85	0,05%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	2.470.341.539,01	100,00%

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



Plano Suplementar - Vitalícia

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	817.571.108,49	717.778.058,22	99.793.050,27	100,00					
Renda Fixa	817.571.108,49	717.778.058,22	99.793.050,27	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Títulos Públicos	817.680.824,55	717.887.492,56	99.793.331,99	100,01	100,00				
Títulos Públicos Federais	817.680.824,55	717.887.492,56	99.793.331,99	100,01	100,00				
LFT	88.147.736,92	-	88.147.736,92	10,78	-				
LTN	11.645.595,07	-	11.645.595,07	1,42	-				
NTN-B	717.887.492,56	717.887.492,56	-	87,81	-				
Caixa	2.547,01	1.000,00	1.547,01	0,00	-				
Valores a Receber/Pagar	- 112.263,07	- 110.434,34	- 1.828,73	0,01	-				

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	-	0,00%
Títulos Públicos	817.680.824,55	100,01%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	817.680.824,55	100,01%

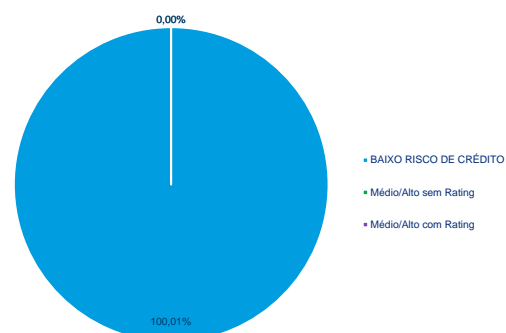
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%

SUB-TOTAL	817.680.824,55	100,01%
------------------	-----------------------	----------------

Swaps + Outros*	-	109.716,06	-0,01%
-----------------	---	------------	--------

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	817.571.108,49	100,00%
--	-----------------------	----------------

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



- Plano Suplementar - Conservador

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS				
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)	
Total Recursos Garantidores	145.730.095,08	-	27.767,00	145.757.862,08	100,00					
Renda Fixa	145.730.095,08	-	27.767,00	145.757.862,08	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Títulos Públicos	124.857.901,34	-	124.857.901,34	85,68	100,00					
Títulos Públicos Federais	124.857.901,34	-	124.857.901,34	85,68	100,00					
LFT	70.233.511,22	-	70.233.511,22	48,19	-					
LTN	3.905.517,69	-	3.905.517,69	2,68	-					
NTN-B	50.718.872,43	-	50.718.872,43	34,80	-					
Títulos Privados	20.731.620,15	-	20.731.620,15	14,23	80,00					
CDB, RDB, DEB, DPGE, LF e Outros	19.539.282,24	-	19.539.282,24	13,41	80,00					
CDB	1.128.891,74	-	1.128.891,74	0,77	-					
DEB	10.170.258,51	-	10.170.258,51	6,98	-					
LF	8.240.131,99	-	8.240.131,99	5,65	-					
Debêntures de Infra-estrutura	1.192.337,91	-	1.192.337,91	0,82	20,00					
Derivativos	168.199,90	-	168.199,90	0,12	15,00					
Futuro	165.110,10	-	165.110,10	0,11	-					
Opções Derivativos	3.089,80	-	3.089,80	0,00	-					
Caixa	38.318,30	7.004,25	31.314,05	0,03	-					
Valores a Receber/Pagar	-	65.944,61	-	34.771,25	-	31.173,36	-	0,05	-	

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	20.731.620,15	14,23%
Títulos Públicos	124.857.901,34	85,68%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	145.589.521,49	99,90%

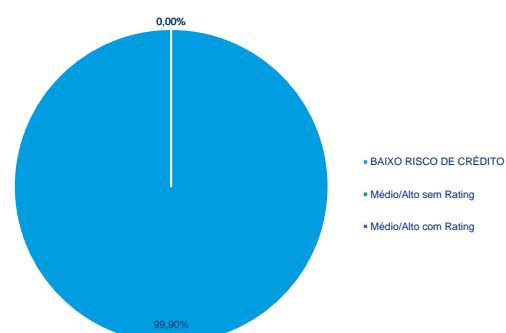
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%

SUB-TOTAL	145.589.521,49	99,90%
------------------	-----------------------	---------------

Swaps + Outros*	-	27.626,31	-0,02%
-----------------	---	-----------	--------

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	145.730.095,08	100,00%
--	-----------------------	----------------

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



• Plano Suplementar - Moderado

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	816.385.106,25	78.099.195,51	738.285.910,74	100,00					
Renda Fixa	581.908.610,91	1.611.474,63	580.297.136,28	71,28	100,00	62,00	83,50	71,00	
Títulos Públicos	494.545.733,20	-	494.545.733,20	60,58	100,00				
Títulos Públicos Federais	494.545.733,20	-	494.545.733,20	60,58	100,00				
LFT	262.550.613,08	-	262.550.613,08	32,16	-				
LTN	15.440.238,73	-	15.440.238,73	1,89	-				
NTN-B	216.481.559,76	-	216.481.559,76	26,52	-				
NTN-C	73.321,63	-	73.321,63	0,01	-				
Títulos Privados	88.758.235,25	-	88.758.235,25	10,87	80,00				
CDB, RDB, DEB, DPGE, LF e Outros	85.976.063,78	-	85.976.063,78	10,53	80,00				
CDB	9.034.976,18	-	9.034.976,18	1,11	-				
DEB	23.731.026,88	-	23.731.026,88	2,91	-				
LF	53.210.060,72	-	53.210.060,72	6,52	-				
Debêntures de Infra-estrutura	2.782.171,47	-	2.782.171,47	0,34	20,00				
Derivativos	728.688,13	-	728.688,13	0,09	15,00				
Futuro	717.321,94	-	717.321,94	0,09	-				
Opções de Ações	148,76	-	148,76	0,00	-				
Opções Derivativos	11.217,43	-	11.217,43	0,00	-				
Caixa	1.830.031,73	1.698.163,79	131.867,94	0,22	-				
Valores a Receber/Pagar	3.954.077,40	86.689,16	3.867.388,24	0,48	-				
Renda Variável	170.626.765,19	12.637.990,73	157.988.774,46	20,90	70,00	14,00	24,00	19,00	
Ações	153.083.931,31	-	153.083.931,31	18,75	70,00				
Nível 1	33.467.285,33	-	33.467.285,33	4,10	-				
Nível 2	27.100.992,54	-	27.100.992,54	3,32	-				
Novo Mercado	82.954.025,27	-	82.954.025,27	10,16	-				
Sem Nível	9.776.395,02	-	9.776.395,02	1,20	-				
Brazilian Depository Receipts (BDR)	12.639.745,21	12.637.990,73	1.754,48	1,55	10,00				
ETF	1.754,48	-	1.754,48	0,00	-				
Valores a Receber/Pagar	4.903.088,67	-	4.903.088,67	0,60	-				
Estruturados	35.563.879,99	35.563.879,99	-	4,36	20,00	0,00	5,50	4,00	
FIM e FICFIM	35.563.879,99	35.563.879,99	-	4,36	15,00				
Imobiliário	6.928.293,79	6.928.293,79	-	0,85	20,00	0,00	3,00	2,00	
Cotas de FII e FICFII	6.928.293,79	6.928.293,79	-	0,85	20,00				
Exterior	21.357.556,37	21.357.556,37	-	2,62	10,00	2,50	5,50	4,00	
FI e FIC Renda Fixa - Investimento no Exterior	21.357.556,37	21.357.556,37	-	2,62	10,00				

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	88.758.235,25	10,87%
Títulos Públicos	494.545.733,20	60,58%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	583.303.968,45	71,45%

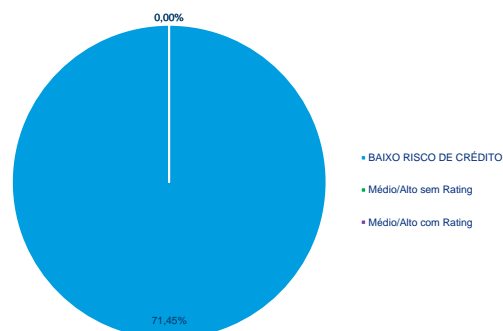
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	0,00	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	0,00	0,00%

SUB-TOTAL		
	583.303.968,45	71,45%

Swaps + Outros*	-	2.124.045,67	-0,26%
-----------------	---	--------------	--------

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	816.385.106,25	100,00%
--	-----------------------	----------------

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



• Plano Suplementar - Dinâmico

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	48.154.319,37	8.133.610,30	40.020.709,07	100,00					
Renda Fixa	25.493.803,02	12.588,46	25.506.391,48	52,94	100,00	43,00	71,00	55,00	
Títulos Públicos	22.199.805,03	-	22.199.805,03	46,10	100,00				
Títulos Públicos Federais	22.199.805,03	-	22.199.805,03	46,10	100,00				
LFT	11.982.230,10	-	11.982.230,10	24,88	-				
LTN	745.822,67	-	745.822,67	1,55	-				
NTN-B	9.463.315,52	-	9.463.315,52	19,65	-				
NTN-C	8.436,74	-	8.436,74	0,02	-				
Títulos Privados	3.602.904,29	-	3.602.904,29	7,48	80,00				
CDB, RDB, DEB, DPGE, LF e Outros	3.484.475,94	-	3.484.475,94	7,24	80,00				
CDB	356.812,33	-	356.812,33	0,74	-				
DEB	1.010.155,74	-	1.010.155,74	2,10	-				
LF	2.117.507,87	-	2.117.507,87	4,40	-				
Debêntures de Infra-estrutura	118.428,36	-	118.428,36	0,25	20,00				
Derivativos	34.350,34	-	34.350,34	0,07	15,00				
Futuro	33.760,62	-	33.760,62	0,07	-				
Opções de Ações	11,18	-	11,18	0,00	-				
Opções Derivativos	578,54	-	578,54	0,00	-				
Caixa	16.824,91	11.091,11	5.733,80	0,03	-				
Valores a Receber/Pagar	360.081,55	23.679,57	336.401,98	0,75	-				
Renda Variável	15.606.236,46	1.091.918,88	14.514.317,58	32,41	70,00	24,00	36,00	30,00	
Ações	14.090.565,52	-	14.090.565,52	29,26	70,00				
Nível 1	3.090.041,58	-	3.090.041,58	6,42	-				
Nível 2	2.486.925,77	-	2.486.925,77	5,16	-				
Novo Mercado	7.566.026,81	-	7.566.026,81	15,71	-				
Sem Nível	968.463,46	-	968.463,46	2,01	-				
Brazilian Depository Receipts (BDR)	1.092.050,71	1.091.918,88	131,83	2,27	10,00				
ETF	131,83	-	131,83	0,00	-				
Valores a Receber/Pagar	423.620,23	-	423.620,23	0,88	-				
Estruturados	4.237.411,72	4.237.411,72	-	8,80	20,00	0,00	8,00	6,00	
FIM e FICFIM	4.237.411,72	4.237.411,72	-	8,80	15,00				
Imobiliário	446.143,93	446.143,93	-	0,93	20,00	0,00	3,00	2,00	
Cotas de FII e FICFII	446.143,93	446.143,93	-	0,93	20,00				
Exterior	2.370.724,23	2.370.724,23	-	4,92	10,00	5,00	9,00	7,00	
FI e FIC Renda Fixa - Investimento no Exterior	2.370.724,23	2.370.724,23	-	4,92	10,00				

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	3.602.904,29	7,48%
Títulos Públicos	22.199.805,03	46,10%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	25.802.709,32	53,58%

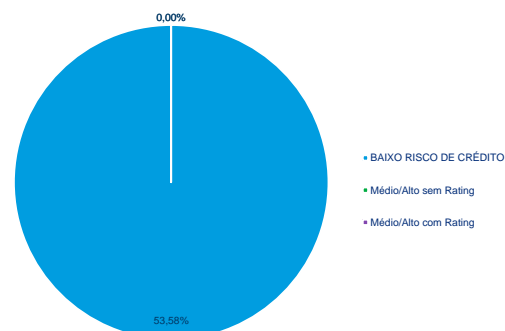
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%

SUB-TOTAL		
	25.802.709,32	53,58%

Swaps + Outros*	343.256,64	-0,71%
-----------------	------------	--------

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	48.154.319,37	100,00%
--	----------------------	----------------

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



• Plano de Contribuição Definida (Novo) - Conservador

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	87.120.465,48	-	96.402,01	87.216.867,49	100,00				
Renda Fixa	87.120.465,48	-	96.402,01	87.216.867,49	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Títulos Públicos	68.512.665,99	-	-	68.512.665,99	78,64	100,00			
Títulos Públicos Federais	68.512.665,99	-	-	68.512.665,99	78,64	100,00			
LFT	38.395.300,21	-	-	38.395.300,21	44,07	-			
LTN	937.532,23	-	-	937.532,23	1,08	-			
NTN-B	29.179.833,55	-	-	29.179.833,55	33,49	-			
Títulos Privados	18.624.665,72	-	-	18.624.665,72	21,38	80,00			
CDB, RDB, DEB, DPGE, LF e Outros	16.992.925,16	-	-	16.992.925,16	19,51	80,00			
DEB	13.918.221,57	-	-	13.918.221,57	15,98	-			
LF	3.074.703,59	-	-	3.074.703,59	3,53	-			
Debêntures de Infra-estrutura	1.631.740,55	-	-	1.631.740,55	1,87	20,00			
Derivativos	74.645,76	-	-	74.645,76	0,09	15,00			
Futuro	74.645,76	-	-	74.645,76	0,09	-			
Caixa	9.574,85	4.401,25	-	5.173,60	0,01	-			
Valores a Receber/Pagar	-	101.086,84	-	100.803,26	-	0,12			

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	18.624.665,72	21,38%
Títulos Públicos	68.512.665,99	78,64%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	87.137.331,71	100,02%

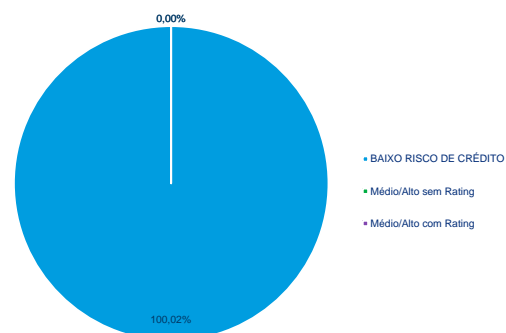
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%

SUB-TOTAL	87.137.331,71	100,02%
------------------	----------------------	----------------

Swaps + Outros*	-	91.511,99	-0,11%
-----------------	---	-----------	--------

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	87.120.465,48	100,00%
--	----------------------	----------------

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



• Plano de Contribuição Definida (Novo) - Moderado

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	301.079.826,62	29.076.608,42	272.003.218,20	100,00					
Renda Fixa	214.952.921,18	510.099,32	214.442.821,86	71,39	100,00	62,00	83,50	71,00	
Títulos Públicos	188.528.621,33	-	188.528.621,33	62,62	100,00				
Títulos Públicos Federais	188.528.621,33	-	188.528.621,33	62,62	100,00				
LFT	108.399.916,38	-	108.399.916,38	36,00	-				
LTN	6.807.592,47	-	6.807.592,47	2,26	-				
NTN-B	73.286.995,76	-	73.286.995,76	24,34	-				
NTN-C	34.116,72	-	34.116,72	0,01	-				
Títulos Privados	26.812.284,33	-	26.812.284,33	8,91	80,00				
CDB, RDB, DEB, DPGE, LF e Outros	25.171.377,61	-	25.171.377,61	8,36	80,00				
CDB	1.281.164,73	-	1.281.164,73	0,43	-				
DEB	13.996.406,04	-	13.996.406,04	4,65	-				
LF	9.893.806,84	-	9.893.806,84	3,29	-				
Debêntures de Infra-estrutura	1.640.906,72	-	1.640.906,72	0,55	20,00				
Derivativos	263.730,94	-	263.730,94	0,09	15,00				
Futuro	258.219,62	-	258.219,62	0,09	-				
Opções de Ações	20,75	-	20,75	0,00	-				
Opções Derivativos	5.490,58	-	5.490,58	0,00	-				
Caixa	629.549,14	595.106,03	34.443,11	0,21	-				
Valores a Receber/Pagar	1.281.264,57	-	1.196.257,86	0,43	-				
Renda Variável	59.406.939,23	1.846.542,89	57.560.396,34	19,73	70,00	14,00	24,00	19,00	
Ações	55.375.261,64	-	55.375.261,64	18,39	70,00				
Nível 1	12.326.405,92	-	12.326.405,92	4,09	-				
Nível 2	9.960.921,41	-	9.960.921,41	3,31	-				
Novo Mercado	29.380.886,90	-	29.380.886,90	9,76	-				
Sem Nível	3.803.333,55	-	3.803.333,55	1,26	-				
Brazilian Depository Receipts (BDR)	1.846.787,64	1.846.542,89	244,75	0,61	10,00				
ETF	244,75	-	244,75	0,00	-				
Valores a Receber/Pagar	2.184.889,95	-	2.184.889,95	0,73	-				
Estruturados	11.945.988,76	11.945.988,76	-	3,97	20,00	0,00	5,50	4,00	
FIM e FICFIM	11.945.988,76	11.945.988,76	-	3,97	15,00				
Imobiliário	4.375.196,99	4.375.196,99	-	1,45	20,00	0,00	3,00	2,00	
Cotas de FII e FICFII	4.375.196,99	4.375.196,99	-	1,45	20,00				
Exterior	10.398.780,46	10.398.780,46	-	3,45	10,00	2,50	5,50	4,00	
FI e FIC Renda Fixa - Investimento no Exterior	10.398.780,46	10.398.780,46	-	3,45	10,00				

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	26.812.284,33	8,91%
Títulos Públicos	188.528.621,33	62,62%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	215.340.905,66	71,52%

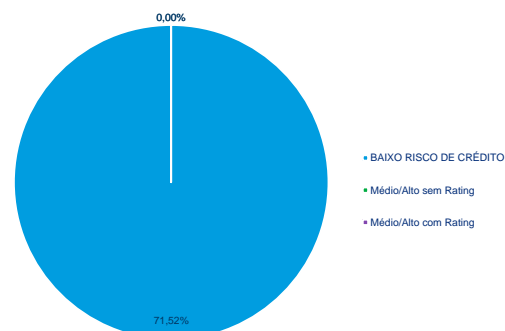
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%

SUB-TOTAL		
	215.340.905,66	71,52%

Swaps + Outros*	-	651.715,42	-0,22%
-----------------	---	------------	--------

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	301.079.826,62	100,00%
--	-----------------------	----------------

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating

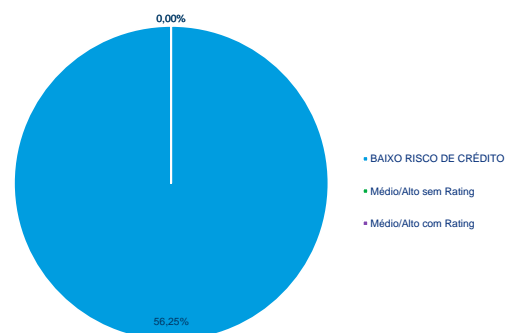


• Plano de Contribuição Definida (Novo) - Dinâmico

ATIVO	TOTAL	CARTEIRA	FUNDO	ENTIDADE (%)	Resolução	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
					4.994	LIMITE (%)	MIN (%)	MAX (%)	TARGET (%)
Total Recursos Garantidores	48.456.744,01	6.321.536,10	42.135.207,91	100,00					
Renda Fixa	27.034.861,57	-	27.036.099,40	55,79	100,00	43,00	71,00	55,00	
Títulos Públicos	27.255.923,46	-	27.255.923,46	56,25	100,00				
Títulos Públicos Federais	27.255.923,46	-	27.255.923,46	56,25	100,00				
LFT	17.183.352,06	-	17.183.352,06	35,46	-				
LTN	1.664.965,43	-	1.664.965,43	3,44	-				
NTN-B	8.389.082,17	-	8.389.082,17	17,31	-				
NTN-C	18.523,80	-	18.523,80	0,04	-				
Derivativos	44.386,30	-	44.386,30	0,09	15,00				
Futuro	42.791,99	-	42.791,99	0,09	-				
Opções Derivativos	1.594,31	-	1.594,31	0,00	-				
Caixa	15.585,83	5.000,00	10.585,83	0,03	-				
Valores a Receber/Pagar	-	281.034,02	274.796,19	0,58	-				
Renda Variável	15.099.108,51	-	15.099.108,51	31,16	70,00	24,00	36,00	30,00	
Ações	14.775.825,11	-	14.775.825,11	30,49	70,00				
Nível 1	3.273.086,47	-	3.273.086,47	6,75	-				
Nível 2	2.540.620,36	-	2.540.620,36	5,24	-				
Novo Mercado	7.574.763,14	-	7.574.763,14	15,63	-				
Sem Nível	1.414.025,28	-	1.414.025,28	2,92	-				
Valores a Receber/Pagar	-	323.283,40	323.283,40	0,67	-				
Estruturados	2.871.348,76	2.871.348,76	-	5,93	20,00	0,00	8,00	6,00	
FIM e FICFIM	2.871.348,76	2.871.348,76	-	5,93	15,00				
Exterior	3.451.425,17	3.451.425,17	-	7,12	10,00	5,00	9,00	7,00	
FI e FIC Renda Fixa - Investimento no Exterior	3.451.425,17	3.451.425,17	-	7,12	10,00				

BAIXO RISCO DE CRÉDITO		
Títulos Privados	-	0,00%
Títulos Públicos	27.255.923,46	56,25%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	27.255.923,46	56,25%
MÉDIO/ALTO RISCO DE CRÉDITO		
Médio/Alto sem Rating	-	0,00%
Médio/Alto com Rating	-	0,00%
FIDC	-	0,00%
TOTAL	-	0,00%
SUB-TOTAL	27.255.923,46	56,25%
Swaps + Outros*	-	-0,55%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	48.456.744,01	100,00%

Exposição em Renda Fixa: Baixo e Médio/Alto Risco de Crédito ou Sem Rating



3.2.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com a Política de Investimentos elaborada levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

Ao final do 1º semestre de 2025 os recursos garantidores da Entidade estavam distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado, exterior e imobiliário de acordo com as classificações da Resolução CMN N.º 5.202, de 2025.

Analisando os relatórios mensais de enquadramento, consolidados por plano e por perfil, fornecidos pela consultoria Mercer, constatamos que não houve desenquadramentos em relação aos limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento conforme exibido nas tabelas do Item 3.2.

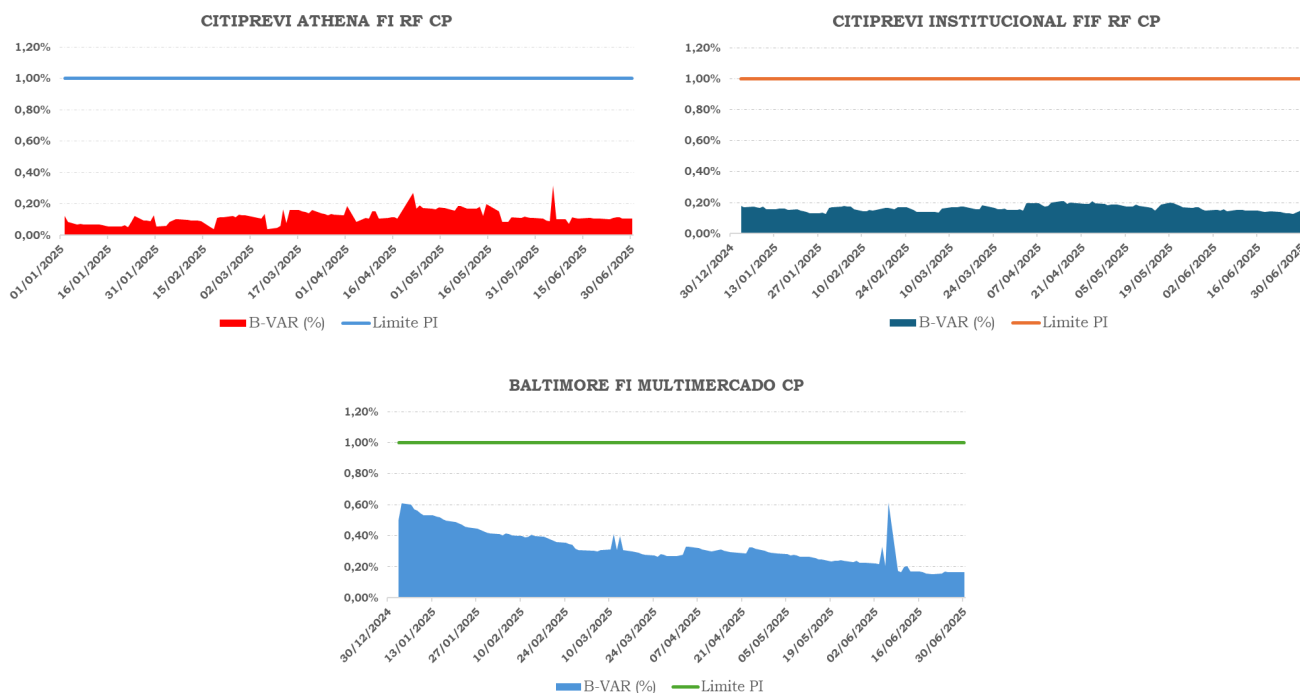
3.2.2. Risco de Mercado

O controle do risco de mercado na Entidade é efetuado por meio da apuração de medidas que avaliam o potencial de perda dos investimentos. Este monitoramento é realizado mensalmente, com o suporte dos gestores de recurso terceirizados contratados. É importante ressaltar que não há imposição de limites de risco de mercado pela legislação vigente, sendo estes definidos exclusivamente pela Política de Investimentos de cada plano, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Para a mensuração e gestão deste risco, a Entidade emprega as medidas estatísticas Value at Risk (VaR), Benchmark-VaR (BVaR) e Tracking Error (TE). O VaR pode ser aplicado de forma absoluta, indicando a perda potencial máxima em um determinado horizonte de tempo e nível de confiança, ou de forma relativa (Benchmark-VaR - B-VaR), quando comparado a um índice de mercado de referência. O TE mede a consistência com que uma carteira consegue seguir ou divergir de seu índice de referência.

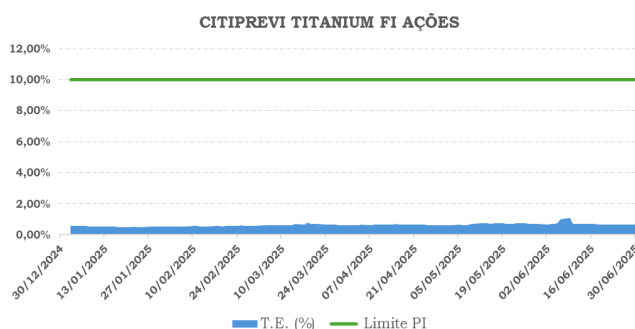
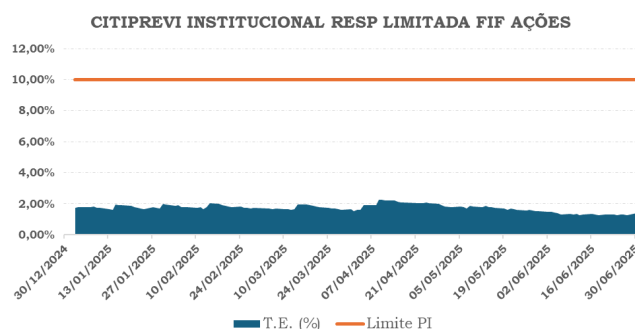
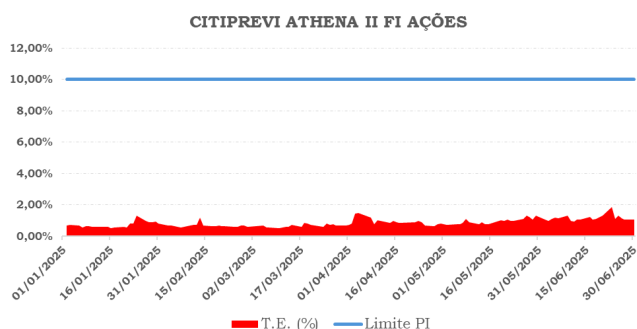
Abaixo apresentamos os limites de risco controlados por cada gestor de recurso independente:

Renda Fixa: B-VaR de 1% em relação ao Benchmark de renda fixa de cada perfil, para um período de 21 dias úteis;



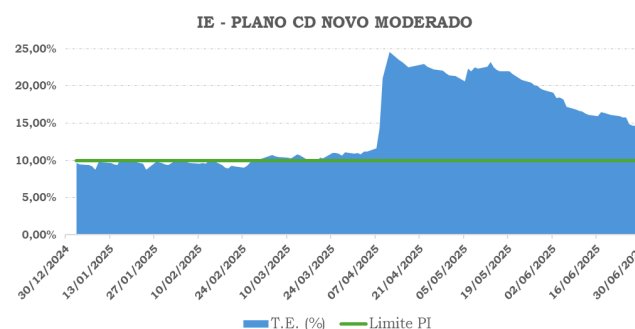
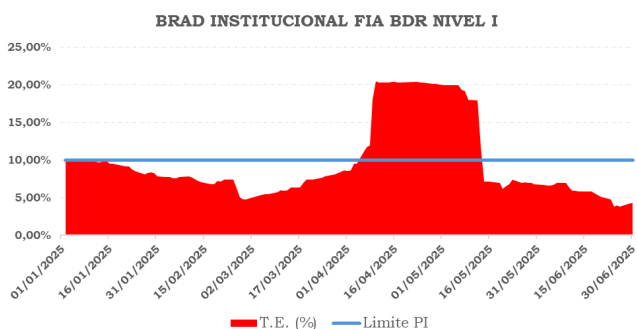
No segmento de renda fixa, ao longo do primeiro semestre de 2025, o monitoramento do risco de mercado permaneceu dentro do limite de risco estabelecido pela política de investimentos de acordo com o controle realizado pelos 3 gestores em seus mandatos exclusivos para este segmento.

Renda Variável: Tracking Error máximo esperado de 10% para um horizonte temporal de um ano, com confiança de 67%;



No segmento de renda variável, ao longo do primeiro semestre de 2025, o monitoramento do risco de mercado permaneceu dentro do limite de risco estabelecido pela política de investimentos de acordo com o controle realizado pelos 3 gestores em seus mandatos exclusivos para este segmento.

Investimento no Exterior: Tracking Error máximo esperado de 10% para um horizonte temporal de um ano, com confiança de 67%;



O Itaú não apresentou o controle de risco. Segundo o Itaú, por se tratar de um veículo de investimento não exclusivo, o controle não é realizado nos padrões da Citiprevi.

Analisando a evolução do risco (Tracking Error) para o segmento no exterior, podemos observar que, a parcela gerida pela BRAM, apresentou desenquadramento entre os meses de Abril e Maio e a parcela gerida pela Western, apresentou desenquadramento em Abril, Maio e Junho.

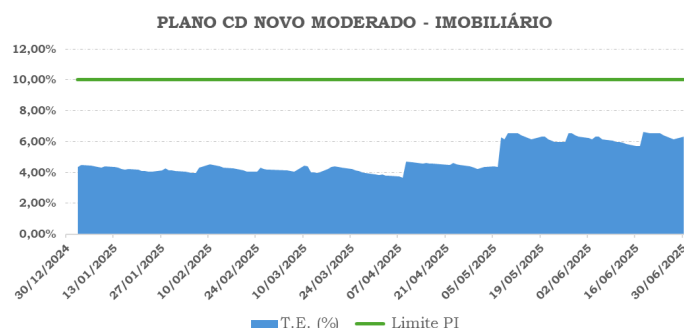
A principal causa identificada para o referido desenquadramento foi a alta volatilidade observada nos mercados internacionais ao longo do primeiro semestre de 2025. Períodos de elevada volatilidade

são caracterizados por oscilações mais acentuadas e imprevisíveis nos preços dos ativos, impactando diretamente a distribuição estatística dos retornos e, conseqüentemente, elevando as medidas de risco. Em um ambiente de maior incerteza e movimentos erráticos de mercado, a probabilidade de a diferença de retorno entre o fundo e seu benchmark exceder o limite preestabelecido aumenta.

Estruturado: B-VaR de 10% em relação ao Benchmark de cada perfil, para um período de 21 dias úteis;

O Itaú não apresentou o controle de risco. Segundo o Itaú, por se tratar de um veículo de investimento não exclusivo, o controle não é realizado nos padrões da Citiprevi.

Imobiliário: Tracking Error máximo esperado em relação ao IFIX de 10% para um horizonte temporal de um ano;



No segmento Imobiliário, ao longo do primeiro semestre de 2025, o monitoramento do risco de mercado permaneceu dentro do limite de risco estabelecido pela política de investimentos de acordo com o controle realizado pela Western em seu mandato para este segmento.

A entidade precisa incluir nos serviços de consultoria o controle de limites de riscos de mercado por plano e por perfil. Os gestores independentes de recursos realizam o controle apenas da parcela da qual são responsáveis pela gestão, o que não permite a entidade ter uma visão consolidada conforme orienta a política de Investimentos.

3.2.3. Risco de Crédito

O controle do risco de crédito da Entidade é estabelecido com base nas classificações de rating atribuídas por agências devidamente autorizadas a operar no Brasil. Esta avaliação é realizada na data da respectiva aquisição do ativo ou emissor. Em casos onde múltiplos ratings são proferidos para o mesmo ativo ou emissor por diferentes agências, deverá ser adotada a classificação mais conservadora, ou seja, o de pior classificação.

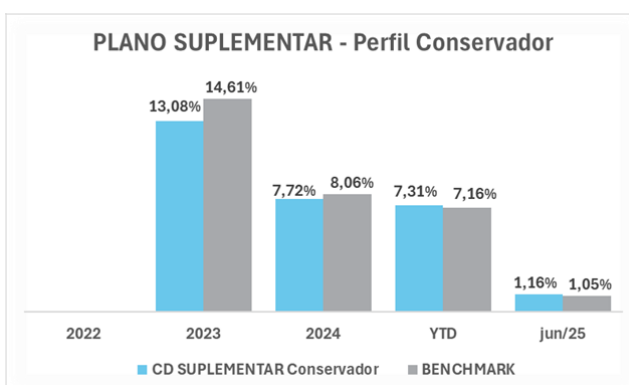
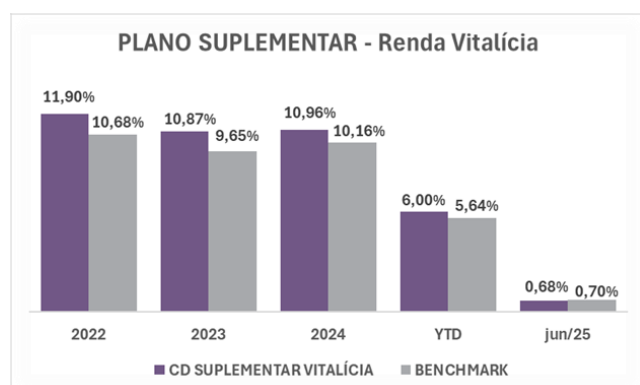
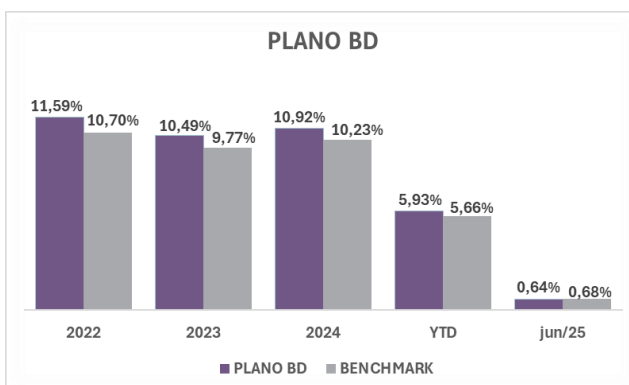
A Tabela a seguir apresenta os ratings mínimos permitidos para investimentos em ativos de crédito privado. Não são permitidos investimentos em títulos que sejam considerados de médio/alto risco de crédito quer por agência classificadora de risco ou comitê de crédito do Gestor de Recursos, conforme tabela abaixo:

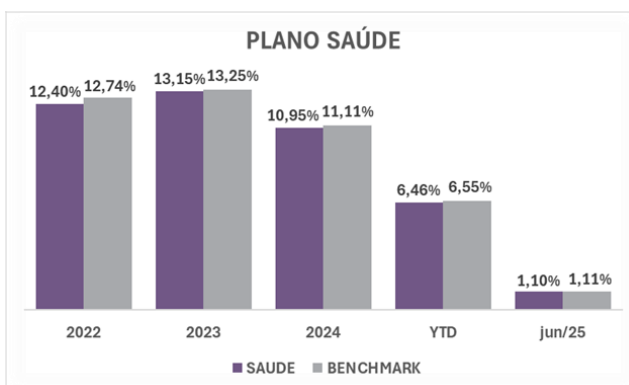
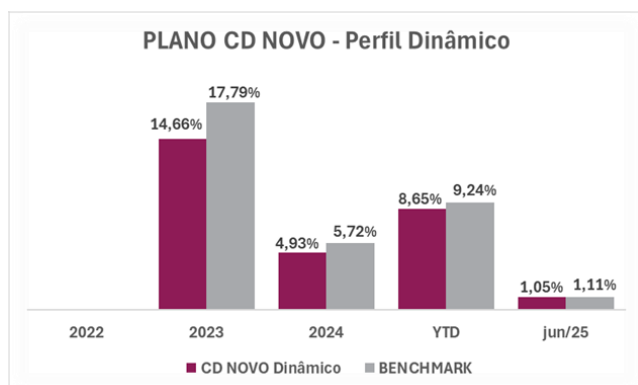
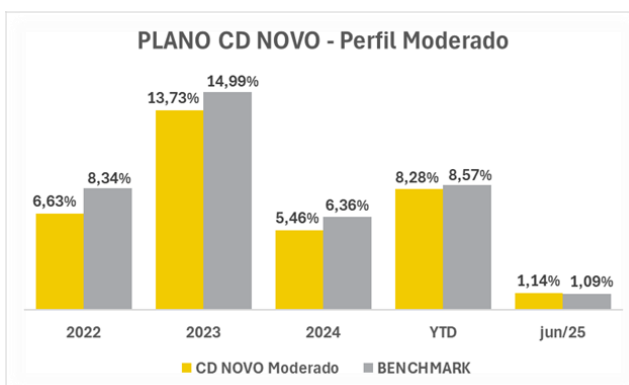
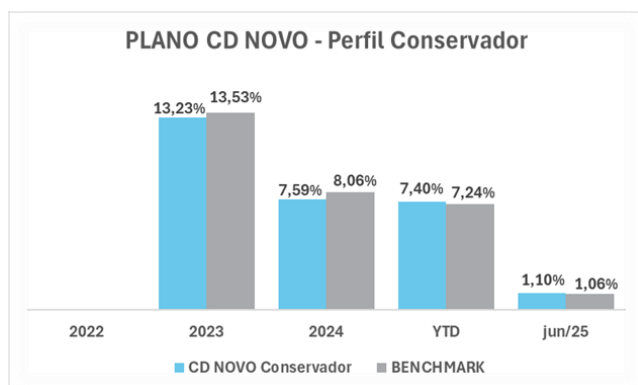
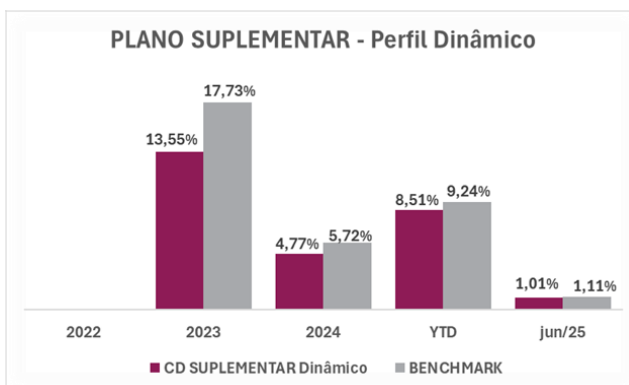
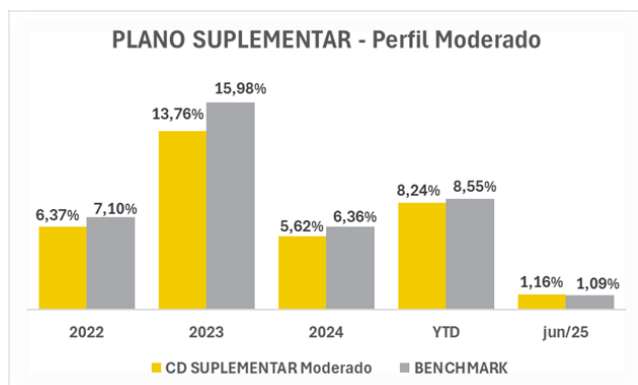
AGÊNCIA	RATING MINIMO
Standard & Poor's	BrBBB- ou brA-3
Moody's	Baa3.br ou BR-3
FITCH Atlantic	BBB-(bra) ou F3(bra)
SR Rating	BBB- ou srA
Austin Asis	BBB

Na posição de 30/06/2025, nenhum ativo de crédito da carteira dos planos da Citiprevi possuía rating inferior aos apresentados na tabela anterior.

3.3. Resultados dos Investimentos

Apresenta-se a seguir a performance de rentabilidade dos planos de benefícios administrados pela CITIPREVI, consolidada ao longo do primeiro semestre do exercício de 2025. Os dados detalhados permitirão uma análise aprofundada do desempenho dos investimentos e da aderência às expectativas de retorno estabelecidas.





3.3.1. Rentabilidade das cotas por gestor dos fundos exclusivos

A Citiprevi possui 6 fundos exclusivos geridos por 3 gestores independentes (cada gestor tem um mandato de RF e um mandato de RV). Nas tabelas a seguir apresentamos a evolução mês a mês do desempenho de cada um desses 6 fundos exclusivos.

FUNDOS RENDA FIXA	jan/25	fev/25	mar/25	abr/22	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	Acum. 2025
BALTIMORE FI MULTIMERCADO CP	1,65%	0,88%	0,91%	1,72%	0,92%	1,08%							7,36%
CITIPREVI ATHENA FI RF CP	1,55%	0,80%	0,95%	1,76%	0,96%	1,09%							7,32%
CITIPREVI INSTITUCIONAL FIF RF CP	1,48%	0,76%	0,77%	1,78%	0,93%	1,16%							7,07%
55% (102% IMA-S) + 27% IMA-B 5 + 18% IRF-M	1,59%	0,84%	0,94%	1,60%	1,00%	1,06%							7,24%

FUNDOS RENDA VARIÁVEL	jan/25	fev/25	mar/25	abr/22	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	Acum. 2025
CITIPREVI TITANIUM FI AÇÕES	4,92%	-2,64%	5,46%	3,69%	1,91%	1,61%							15,67%
CITIPREVI ATHENA II FI AÇÕES	5,22%	-2,78%	5,67%	2,78%	2,44%	1,56%							15,59%
CITIPREVI INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES	4,93%	-2,66%	5,99%	3,36%	1,70%	1,41%							15,41%
IBX100 + 2% a.a.	5,10%	-2,53%	6,10%	3,50%	1,87%	1,53%							16,34%

3.3.2 Despesas Diretas

Valores de despesas diretas incorridas com a administração dos recursos investidos da Entidade (como por exemplo: taxas de administração das carteiras administradas, taxa de custódia, etc.).

MÊS	Taxa de Administração						TOTAL
	Suplementar	Novo CD	BD	Gestores de Recursos Saúde	PGA		
janeiro-25	0,18%	0,29%	0,03%	0,26%	0,26%	0,11%	
fevereiro-25	0,16%	0,29%	0,03%	0,27%	0,25%	0,10%	
março-25	0,15%	0,28%	0,03%	0,24%	0,23%	0,10%	
abril-25	0,16%	0,28%	0,03%	0,23%	0,22%	0,10%	
maio-25	0,16%	0,29%	0,03%	0,25%	0,23%	0,10%	
junho-25	0,16%	0,28%	0,03%	0,26%	0,24%	0,10%	
Taxa Média (Anual)	0,16%	0,29%	0,03%	0,25%	0,24%	0,10%	
Valor Médio (Mensal)	244.403,58	96.178,94	55.646,38	7.974,61	1.946,63	406.150,15	
Patrimônio Médio (Mensal)	1.805.937.151,44	403.763.897,29	2.450.918.632,71	38.013.104,70	9.894.473,47	4.708.527.259,60	

MÊS	Taxa de Administração		Total dos Custos							Total por Mês	% Total dos Custos
	Carteira	Fundos	SELIC	Custódia	PIS/COFINS	CBLC	CETIP	Consultoria			
janeiro-25	163.239,20	285.333,95	6,77	132.286,35	39.867,82	105,45	8.340,02	-	50.727,22	609.179,56	0,16%
fevereiro-25	168.524,83	229.403,23	6,79	130.124,93	36.163,30	104,70	12.613,35	-	50.727,22	627.668,35	0,16%
março-25	154.557,85	233.889,71	6,91	127.954,31	35.195,01	102,33	16.618,86	-	50.727,22	568.324,98	0,14%
abril-25	148.527,22	250.353,22	6,76	105.983,81	37.330,46	108,63	12.922,50	-	50.727,22	605.959,82	0,15%
maio-25	157.354,34	255.236,08	7,02	136.984,42	41.004,93	109,76	13.203,10	-	50.727,22	654.626,87	0,17%
junho-25	166.238,21	244.243,05	7.836,44	132.100,78	8.523,71	930,90	6.574,61	-	50.727,21	600.127,49	0,15%
TOTAL	958.441,65	1.478.459,22	7.870,69	765.434,60	181.037,81	1.461,77	70.272,44	-	202.908,87	3.665.887,05	0,16%
MÉDIA	159.740,28	246.409,87	1.311,78	127.572,43	30.172,97	243,63	11.712,07	-	50.727,22	610.981,18	0,16%
Custo/Patrimônio Médio	0,04%	0,06%	0,00%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,16%	

1- Percentual em relação ao patrimônio total (anualizado)

4. GESTÃO DO PASSIVO

4.1 Evolução Patrimônio Social

O Patrimônio Social da Entidade é composto por duas variáveis, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. Este Conselho Fiscal verificou, por meio dos balancetes consolidados, os saldos do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do plano e dos fundos da Entidade no semestre.

Ao final do semestre foram apresentados os seguintes valores e suas variações em relação ao exercício de 2024.

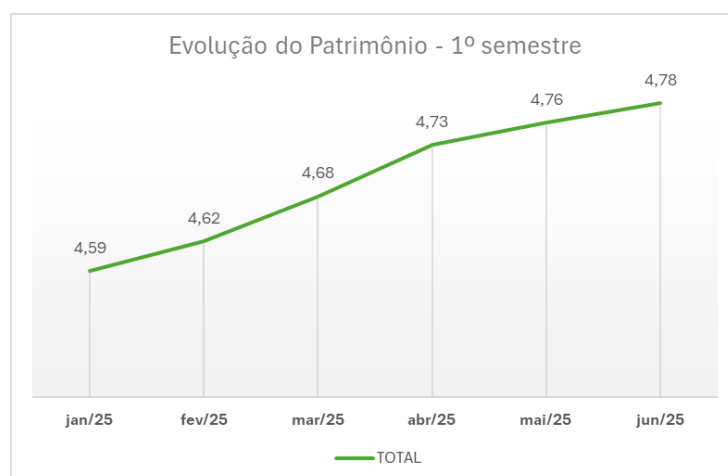
PATRIMÔNIO SOCIAL - CITIPREVI			
Conta	Posição 2024	Posição 1S2025	Variação
	R\$	R\$	%
Patrimônio social	4.550.789.792	4.771.722.583	4,9%
Fundos	60.458.277	67.773.166	12,1%
Previdenciais	52.864.088	58.397.780	10,5%
Administrativos	7.594.189	9.375.386	23,5%
Patrimônio de cobertura do Plano	4.490.331.515	4.703.949.418	4,8%

Fonte: Balancete consolidado - 12/2024 e 06/2025

Ao compararmos o patrimônio social do primeiro semestre de 2025 em relação ao exercício de 2024, nota-se o aumento de cerca de 4,9% dos fundos, onde os previdenciais aumentaram aproximadamente 10,5% e os administrativos em 23,5%.

Segundo a Diretoria Executiva, o aumento do fundo previdencial “se deu, devido ao número de participantes desligados que solicitaram resgates e o saldo da Patrocinadora foi revertido para o fundo previdencial”.

A evolução apresentada pelo Patrimônio Social da Entidade, no período, foi de aproximadamente 4,9% positiva, equivalente a cerca de R\$ 213 milhões, quando comparamos com o exercício 2024.

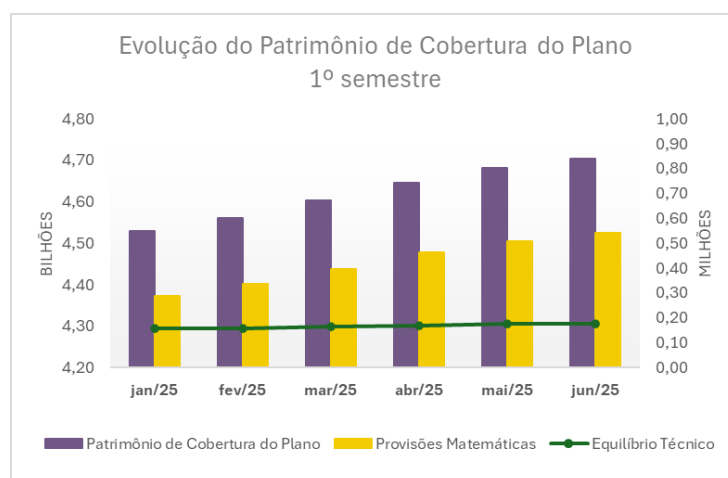


4.1.1 Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura do Plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

As Provisões Matemáticas são os compromissos da Entidade em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o Equilíbrio Técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.

O patrimônio de cobertura do plano, consolidado, da Entidade evoluiu da seguinte forma durante o semestre.



Saldo ao final do semestre do Equilíbrio Técnico dos Planos de Benefícios – R\$ Mil

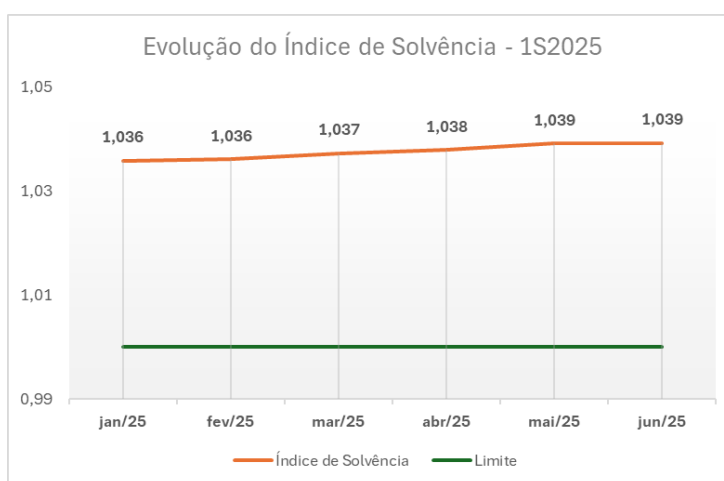
Patrimônio	2024	1S2025	Varição
Plano de Benefício Definido (Principal)	0,12	0,14	15%
Plano Suplementar	0,03	0,04	11%
Plano de Contribuição Definida (Novo)	-	-	-
Total Consolidado	0,16	0,18	14%

Fonte: Balancete consolidado - 12/2024 e 06/2025

Ao final do semestre, o plano consolidado apresentava aproximadamente R\$ 4,70 bilhão de patrimônio de cobertura do plano, demonstrando uma evolução positiva e superior às provisões matemáticas de aproximadamente de R\$ 4,53 bilhão apurando um superávit técnico de cerca de R\$ 0,18 milhões.

4.1.2 Solvência

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas, que representa a capacidade que os recursos do plano têm de fazer frente às provisões matemáticas e gerar um excedente (superávit) ou apresentar carência de valores para sua cobertura (déficit). O acompanhamento da solvência é essencial para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelos planos de benefícios definidos e estabelecer correções de rotas, seja por meio de revisão nas contribuições, revisão nas Políticas de Investimentos ou na aderência das hipóteses atuariais.



De acordo com as informações apuradas por meio dos balancetes consolidados, durante semestre, os planos administrados pela Entidade encontram-se solventes e equilibrados no que diz respeito aos seus compromissos junto aos seus participantes.

Conforme gráfico acima, os índices de solvência estão sempre acima a 1,00 o que quer dizer que existem valores para cobertura dos compromissos do plano suficientes para cobrir as provisões matemáticas no período.

4.1.3 Avaliação Atuarial

Durante o segundo semestre de 2024, foi iniciada a Avaliação Atuarial do ano de 2024, válida para o exercício de 2025. Em março, foi emitido o Parecer Atuarial pela consultoria atuarial Mercer que foi aprovado pela Diretoria e Conselho Deliberativo. O Parecer Atuarial com os resultados da Avaliação Atuarial e Plano de Custeio são válidos para o exercício de 2025.

O detalhamento dos resultados, incluindo as premissas e hipóteses atuárias, métodos de financiamento, massa de participantes, plano de custeio, entre outros aspectos, pode ser consultado, na íntegra, no Parecer Atuarial referente ao exercício de 2024.

Tanto o Plano de Benefícios Definido (Principal) quanto o Plano Suplementar, tiveram superávit acumulado de R\$ 122 e R\$ 33 milhões, respectivamente.

O Plano de Contribuição Definida (Novo) teve um crescimento no patrimônio de 47% em 2024.

Abaixo o Plano de Custeio para 2025:

	Plano Principal	Plano Suplementar	Plano CD
Participantes	n/a	n/a	32,1 mi
Patrocinadora	2,6 mi	1,2 mi	50,1 mi
Match	n/a	n/a	48,2 mi
Administrativas	2,6 mi	1,2 mi	1,9 mi
Fundo Previdencial	-	13,4 mi	3,2 mi
Fundo Administrativo	2,5 mi	2,2 mi	2,1 mi

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme Resolução CGPC nº 13, de 01 de Outubro de 2004 (DOU 06/10/2004), parágrafo 1º do artigo 16 e CNPC 62 de 09 de dezembro de 2024 (DOU 19/12/2024), capítulo III e artigo 5 e 6, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC devem:

- Elaborar o orçamento anual, para o exercício seguinte;
- Elaborar orçamento plurianual, caso constituam o fundo administrativo compartilhado, para os três exercícios subsequentes.

A peça orçamentária deve considerar a complexidade e o porte da Entidade Fechada de Previdência Complementar e as especificidades de seus planos de benefícios, estar em consonância com os objetivos e o planejamento da Entidade.

O Orçamento deve ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e executado pela Diretoria Executiva.

Cabe ao Conselho Fiscal manifestar-se com relação à execução orçamentária, conforme descrito na própria Resolução CGPC nº 13, em seu artigo 19, inciso I e CNPC 62, capítulo V e artigo 16.

O Orçamento Geral (OG) e a Execução Orçamentária da **CITIPREVI – Entidade Fechada de Previdência Complementar** seguem a estrutura das informações contábeis da Entidade, que estão divididas em atividades básicas, denominadas como:

- **Gestão Previdencial:** onde são registradas todas as operações relacionadas às contribuições de patrocinadora(s) e de participantes, pagamentos de benefícios e demais institutos (resgates, portabilidades, etc.);
- **Gestão Administrativa:** onde são registrados todos os custos relacionados à administração, como por exemplo: custo com pessoal e encargos, honorários relativos a prestadores de serviços, despesas com correios, etc. assim como as fontes de custeio que financiam as despesas operacionais da Entidade;
- **Investimentos:** onde são registrados os rendimentos obtidos com as operações financeiras dos Planos e, conseqüentemente, da Entidade.

Este Conselho adotou como procedimento de análise, comentários e recomendações àquelas variações superiores (ou inferiores) a **10% (dez por cento)**¹ em comparação ao orçado.

¹ Os quadros a seguir, sob a coluna “% Realizado (acumulado do exercício)” apresentam seus percentuais inteiros (100%). Para melhor compreensão, entende-se que aquelas variações entre **10% e -10%** são consideradas em concordância com a peça orçamentária, e os percentuais que ultrapassam **10%** ou não atingem **10%**, são considerados como desvio, portanto, passíveis de justificativas.

5.1 Gestão Previdencial

5.1.1 Da Execução Orçamentária das Adições

As “Adições” são representadas pelas contribuições efetuadas pelas empresas patrocinadoras e seus participantes (ativos e autopatrocinados), por meio de percentuais definidos no Regulamento dos Planos e nos trabalhos de avaliação atuarial aplicados sobre a folha de salários mensal.

Além das contribuições, também são registradas em “Adições” ingressos de outros recursos previdenciais, como, por exemplo: portabilidades.

Plano de Benefício Definido (Principal)

Na elaboração do orçamento de 2025, não houve previsão de novas contribuições (adições) para o exercício, considerando que o plano foi saldado em 2021. Consequentemente, não há custos relacionados aos benefícios previdenciários, uma vez que todos os benefícios já se encontram integralizados.

Plano Suplementar

Na elaboração do orçamento de 2025, não houve previsão de novas contribuições (adições) para o exercício, considerando que o plano foi saldado em 2021. Consequentemente, não há custos relacionados aos benefícios previdenciários, uma vez que todos os benefícios já se encontram integralizados.

Plano de Contribuição Definida (Novo)

ADIÇÕES (Contribuições e Outras Adições)	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Patrocinadoras	24.790.069	26.156.669	6%	49.580.138	53%
Participantes	24.701.738	28.758.647	16%	49.403.475	58%
Autopatrocinados	97.629	124.038	27%	195.258	64%
Remuneração das Contribuições em Atraso	-	40	100%	-	0%
Total das Adições	49.589.436	55.039.394	11%	99.178.871	55%

Verificamos que o total de “Adições” foi superior ao projetado para o período.

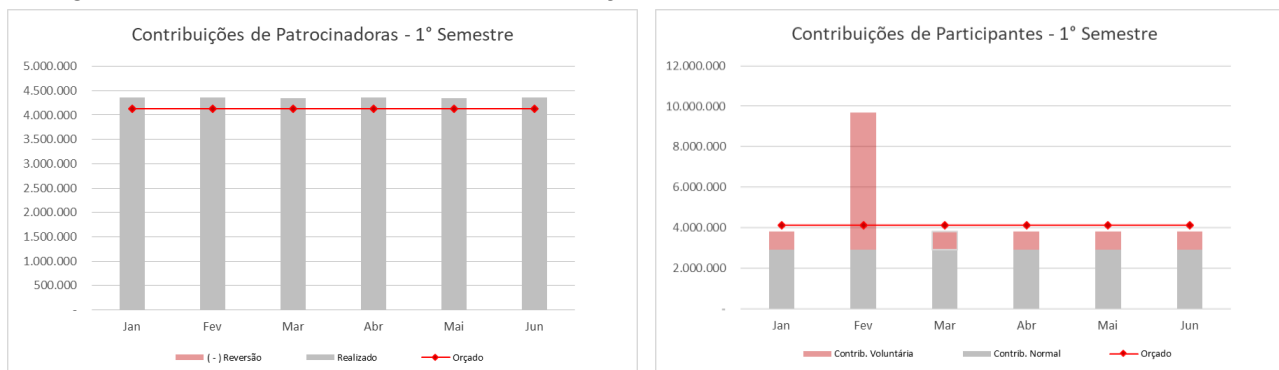
Comentários:

Patrocinadoras e Participantes: valores projetados com base na avaliação atuarial vigente no momento da elaboração do orçamento.

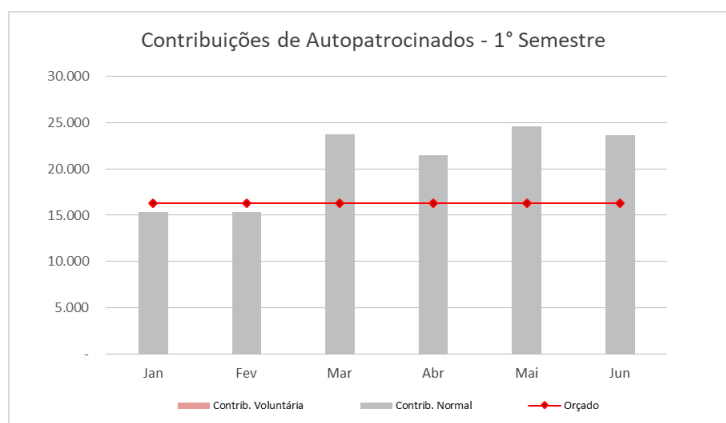
Durante as análises, verificamos que os aportes totais dos Patrocinadoras permaneceram em linha com as previsões orçamentárias.

A conta de Participantes registrou aportes totais que excederam o valor orçado para o período. Esse superávit deveu-se às Contribuições Voluntárias e Contribuições Esporádicas realizadas em fevereiro, durante a campanha de contribuições vinculada ao Bônus. O montante total da contribuição adicional atingiu R\$ 11 milhões.

A seguir, apresentamos os fluxos de contribuições de “Patrocinadoras e Participantes”:



Autopatrocinados: as contribuições ficaram superiores ao orçado. A administração havia projetado 14 participantes com aportes totais de R\$ 16 mil/mês, com base no realizado em outubro de 2024. No entanto, o período encerrou com uma média de 18 participantes, que realizaram aportes de aproximadamente R\$ 22 mil/mês.



Nota: É importante destacar que as contribuições de autopatrocinados são contabilizadas (alocadas no “Saldo de Contas do Participante”) respeitando o “Regime de Caixa”, ou seja, somente quando da identificação do depósito na conta corrente da Entidade.

Remuneração das Contribuições em Atraso: corresponde aos valores de juros e mora (multa) sobre as contribuições realizadas em atraso pelos autopatrocinados durante o período.

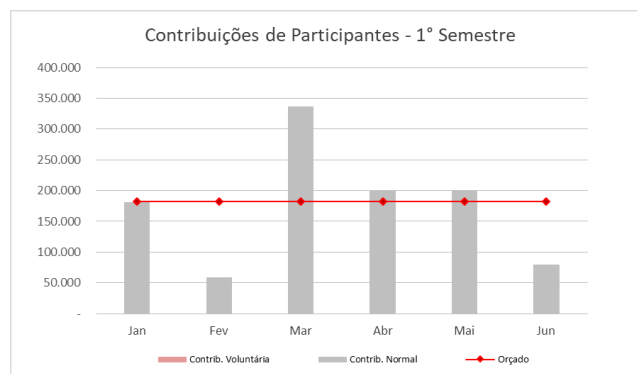
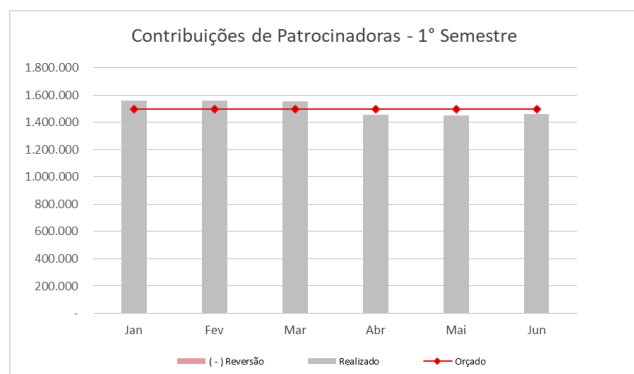
Plano Assistência Médica para Aposentados

ADIÇÕES (Contribuições e Outras Adições)	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Patrocinadoras	8.985.557	9.036.355	1%	17.971.114	50%
Participantes	1.091.842	1.054.991	-3%	2.183.684	48%
Total das Adições	10.077.399	10.091.346	0%	20.154.798	50%

Verificamos que o total de “Adições” se apresentou em linha com as projeções para o período.

Comentários:

Patrocinadoras e Participantes: valores projetados com base nos aportes realizados no ano anterior. Esses recursos são destinados ao custeio das despesas médicas do Plano Assistencial dos Aposentados e permaneceram em linha com a meta orçamentária.



Nota: No mês de março, o gráfico de “Contribuições de Participantes – 1º semestre” apresentou um valor acima do orçado. Isso ocorreu porque parte dos pagamentos de fevereiro foram registrados (regime caixa) no mês seguinte.

5.1.2 Da Execução Orçamentária das Deduções

As “Deduções” representam os valores de benefícios e institutos (aposentadorias, resgates, portabilidades, etc.) concedidos/pagos no decorrer do período.

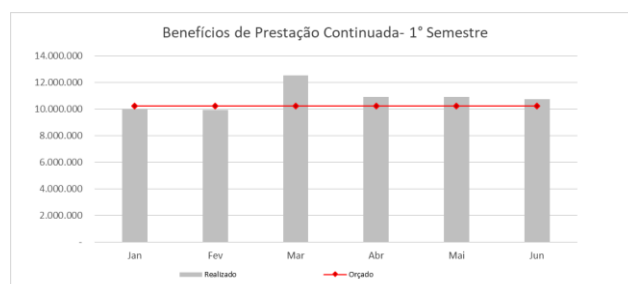
Plano de Benefício Definido (Principal)

DEDUÇÕES (Benefícios, Institutos e Outras Deduções)	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Benefícios de Prestação Continuada	61.373.182	64.983.968	6%	122.746.364	53%
Benefícios de Prestação Única	1.133.411	759.110	-33%	2.266.821	33%
Total das Deduções	62.506.593	65.743.078	5%	125.013.185	53%

O total das deduções se apresentou em linha com as projeções para o período.

Comentários:

Benefícios de Prestação Continuada: os valores foram projetados com base na média dos benefícios pagos no último exercício, reajustados pelo IPCA. O fluxo de pagamentos no período permaneceu em linha com a projeção orçamentária.

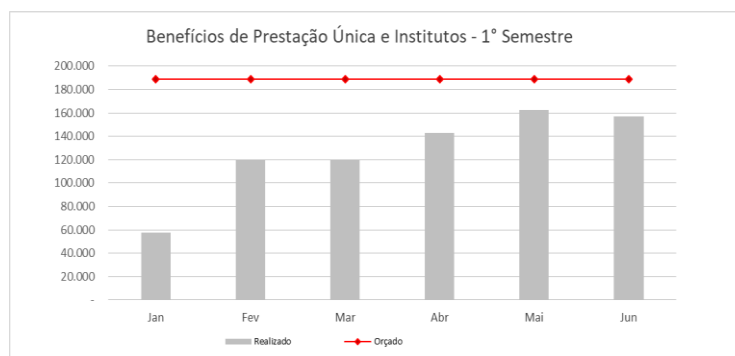


Nota: No mês de março houve o desembolso de R\$ 2,6 milhões referente a pagamentos de saque de 25% do saldo de contas de três participantes.

Benefícios de Prestação Única e Institutos: os valores foram projetados com base na média dos benefícios pagos no último exercício, reajustados pelo IPCA. O valor efetivado foi inferior ao projetado para o período.

Embora a Administração considere a média histórica de desembolsos de pagamentos únicos e institutos em suas projeções, a efetivação desses pagamentos está condicionada à opção do participante no momento do desligamento.

Abaixo demonstramos os fluxos de desembolsos para referência:



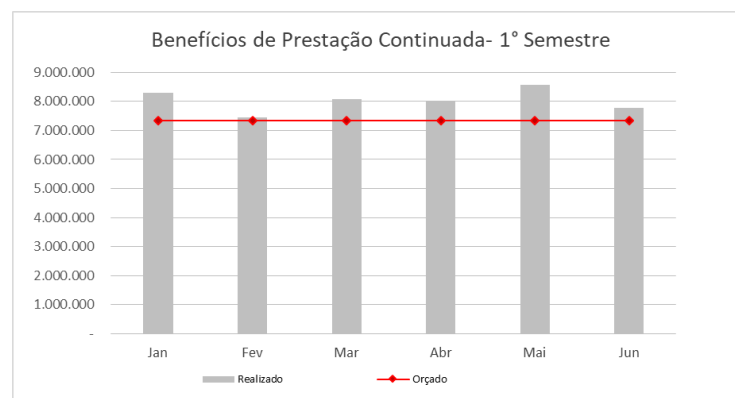
Plano Suplementar

DEDUÇÕES (Benefícios, Institutos e Outras Deduções)	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Benefícios de Prestação Continuada	44.004.501	48.190.850	10%	88.009.002	55%
Benefícios de Prestação Única	8.937.866	10.208.383	14%	17.875.732	57%
Total das Deduções	52.942.367	58.399.233	10%	105.884.734	55%

O total das deduções se apresentou em linha com as projeções para o período.

Comentários:

Benefícios de Prestação Continuada: os valores foram projetados com base na média dos desembolsos realizados no último exercício, reajustados pelo IPCA. O fluxo de pagamentos no período permaneceu em linha com a projeção orçamentária.

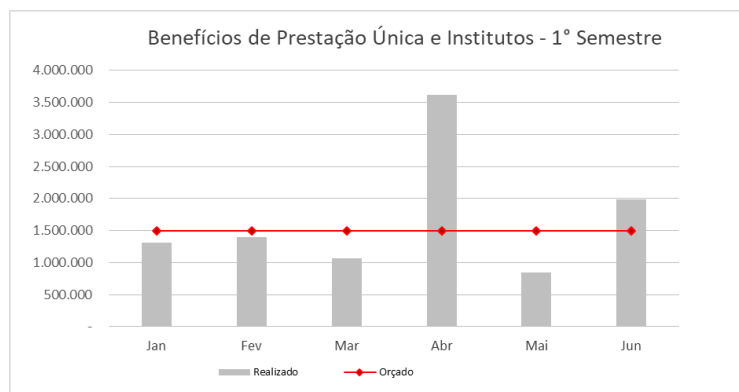


Nota: As variações mensais são referentes a pagamentos de saque de 25% do saldo de contas de participantes.

Benefícios de Prestação Única e Institutos: os valores foram projetados com base na média dos desembolsos realizados no último exercício, reajustados pelo IPCA. O valor efetivado foi superior as projeções para o período.

Apesar da Administração considerar em suas projeções a média histórica de desembolsos de pagamentos únicos e institutos, a realização de tais pagamentos está condicionada a opção do participante no momento de desligamento.

Abaixo demonstramos os fluxos de desembolsos para referência:



Nota: Em abril, os desembolsos somaram R\$ 3,6 milhões frente a R\$ 1,5 milhão orçado, devido a pagamento único e resgates acima do esperado.

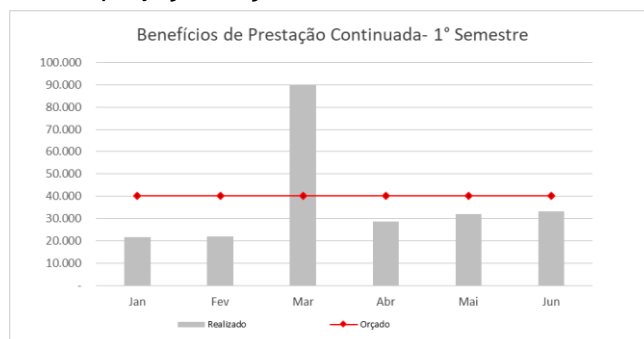
Plano de Contribuição Definida (Novo)

DEDUÇÕES (Benefícios, Institutos e Outras Deduções)	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Benefícios de Prestação Continuada	240.573	227.514	-5%	481.146	47%
Benefícios de Prestação Única	3.359.149	4.446.261	32%	6.718.298	66%
Total das Deduções	3.599.722	4.673.775	30%	7.199.444	65%

O total das deduções se apresentou superior as projeções para o período.

Comentários:

Benefícios de Prestação Continuada: os valores foram projetados com base na média dos desembolsos realizados no último exercício, reajustados pelo IPCA. O fluxo de pagamentos no período permaneceu em linha com a projeção orçamentária.

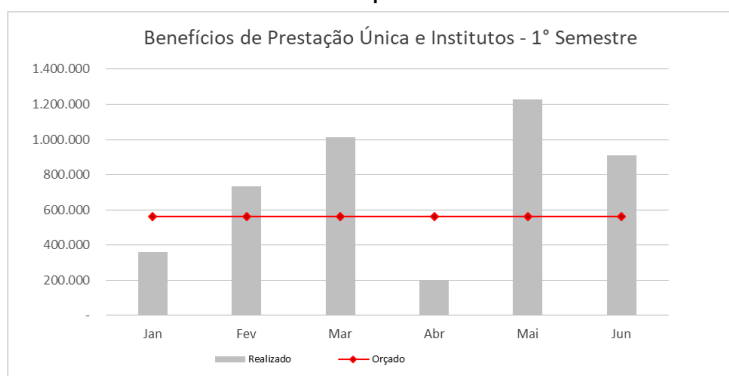


Nota: No mês de março houve o desembolso de R\$ 66 mil referente ao pagamento de saque de 25% saldo de contas de um participante.

Benefícios de Prestação Única e Institutos: os valores foram projetados com base na média dos desembolsos realizados no último exercício, reajustados pelo IPCA. O valor efetivado foi superior as projeções para o período.

Apesar da Administração considerar em suas projeções a média histórica de desembolsos de pagamentos únicos e institutos, a realização de tais pagamentos está condicionada a opção do participante no momento de desligamento.

Abaixo demonstramos os fluxos de desembolsos para referência:



Nota: Em maio, os desembolsos somaram R\$ 1,2 milhões frente a R\$ 560 mil orçado, devido a pagamento único e resgates acima do esperado.

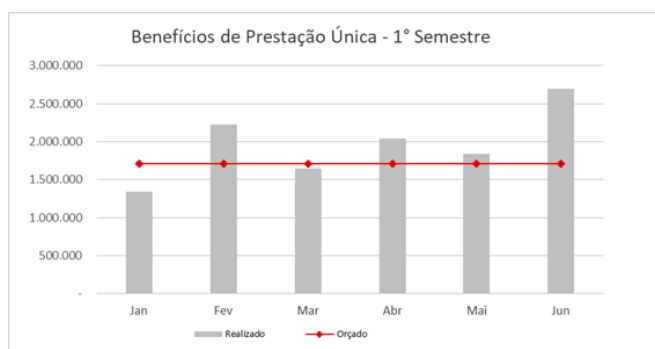
Plano Assistência Médica para Aposentados – QCC

DEDUÇÕES (Benefícios, Institutos e Outras Deduções)	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Benefícios de Prestação Única	10.270.418	10.464.542	2%	20.540.837	51%
Total das Deduções	10.270.418	10.464.542	2%	20.540.837	51%

O total das deduções se apresentou superior as projeções para o período.

Comentários:

Benefícios de Prestação Única: os valores foram projetados com base na média dos desembolsos realizados no último exercício, reajustados pelo IPCA. O fluxo de pagamentos de assistência médica no período permaneceu em linha com a projeção orçamentária.



Nota: a variação mensal decorre de desembolsos referentes a despesas médicas de aposentados, que ocorrem de forma não previsível.

5.1.3 Gestão Administrativa

Da execução orçamentária das Receitas e Despesas Administrativas

As receitas da “Gestão Previdencial” representam, os aportes de contribuições efetuados pelas patrocinadoras, autopatrocinados e participantes em BPD para a cobertura de despesas administrativas da Entidade, os quais são calculados e depositados mensalmente, por meio de percentuais definidos durante os trabalhos de elaboração do orçamento geral e avaliação atuarial.

As receitas que compõem o “Custeio Administrativo dos Investimentos”, em regra, representam o montante que é transferido (revertido) do retorno dos investimentos com o objetivo de custear despesas com a gestão do patrimônio aplicado. As receitas diretas da gestão administrativa referem-se aos recursos provenientes das atividades de gestão da entidade e da execução dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

As despesas administrativas são aquelas atribuídas à administração dos Planos de Benefícios, como por exemplo: honorários de consultorias, administração, serviços de auditorias, etc.

Ao final de cada mês apura-se a diferença entre os valores de receitas e despesas administrativas com o objetivo de avaliar a constituição/reversão de recursos para o Fundo Administrativo da Entidade.

No quadro abaixo demonstramos a mutação do Plano de Gestão Administrativa, sob a ótica gerencial evidenciado as ocorrências deste período, bem como na sequência, os comentários resultantes das análises:

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação (OG X Real)	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Saldo Inicial do Fundo Administrativo	8.431.277	8.431.277	0%	8.431.277	100%
(+) Custeio da Gestão Administrativa	7.358.377	6.785.888	-8%	14.716.754	46%
Custeio Adm. - Gestão Previdencial	4.615.304	4.463.541	-3%	9.230.608	48%
Custeio Adm. - Investimentos	2.743.073	2.322.347	-15%	5.486.146	42%
(-) Despesas Administrativas	7.008.459	6.384.365	-9%	14.016.919	46%
Administração dos Planos Previdenciais	7.008.459	6.384.365	-9%	14.016.919	46%
Treinamentos/Congressos e Associações (*)	118.061	73.342	-38%	236.121	31%
Serviços de Terceiros	6.127.086	5.507.622	-10%	12.254.172	45%
Despesas Gerais	27.802	14.876	-46%	55.603	27%
Tributos	735.511	788.525	7%	1.471.022	54%
(+/-) Resultado Líquido dos Investimentos	528.283	542.586	3%	1.056.566	51%
(+/-) Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo	878.201	944.109	8%	1.756.402	54%
(=) Saldo Final do Fundo Administrativo	9.309.478	9.375.386	1%	10.187.679	92%

(*) A maioria do valor realizado no primeiro semestre, trata-se da mensalidade que a Entidade paga para a ABRAPP

Abaixo destacamos a abertura do item Serviços de Terceiros:

Descrição	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	Dif. Orçado X Realizado (R\$)	% de Variação
Serviços de Terceiros	6.127.086	5.507.622	- 619.464	-10,1%
Serviços Atuariais	1.413.823	1.261.105	- 152.718	-10,8%
Serviços Jurídicos	44.500	36.593	- 7.907	-17,8%
Tecnologia da Informação	116.500	111.120	- 5.380	-4,6%
Gestão da Entidade (Metlife/Sinquia) e Consultoria de Investimentos (Mercer)	4.444.350	3.990.366	- 453.984	-10,2%
Auditoria Contábil	107.913	108.438	525	0,5%

Verificamos que o saldo final do fundo administrativo ficou em linha das projeções para o período.

Comentários:

Custeio Administrativo da Gestão Previdencial:

Foram orçados aportes mensais da patrocinadora para cobertura das despesas administrativas de aproximadamente 1,22% mensal sobre a folha salarial, em linha com as projeções.

As contribuições de participantes em BPD permaneceram em linha com as projeções, enquanto as contribuições de autopatrocinados ficaram ligeiramente acima do previsto, em função do aumento no número de participantes no período.

Custeio Adm. Investimentos:

Os valores foram orçados considerando a reversão do resultado obtido com os investimentos, no exato valor gasto com as despesas de investimentos. Notamos que o realizado está abaixo do orçado para o período.

Despesas Administrativas:

Treinamentos, Congressos, Seminários e Associações:

A Administração destinou uma verba de R\$ 118 mil por semestre para treinamentos e certificações dos dirigentes, em conformidade com as orientações da PREVIC, sendo 16 inscrições no congresso da Abrapp.

Foi orçado também as mensalidades de associações do setor, como a Abrapp.

No período, foram utilizados R\$ 73 mil, permanecendo o restante do orçamento disponível o segundo semestre de 2025, quando se concentra a maior parte dos treinamentos e eventos da área de previdência.

Serviços de Terceiros:

Os custos foram estimados com base nos valores de 2024. O valor realizado total do grupo contábil no período permaneceu em linha com as projeções; no entanto, foram observadas algumas variações por tipo de serviço, conforme detalhado a seguir:

Serviços Atuariais: OG R\$ 1,4 milhão x Real R\$ 1,2 milhão

Serviços Jurídicos: OG R\$ 44 mil x Real R\$ 37 mil

Taxa de Administração do Plano Médico SulAmérica: OG R\$ 144 mil x Real R\$ 115 mil

Tecnologia da Informação (Manutenção do Portal Citiprevi): OG R\$ 116 mil x Real R\$ 111 mil

O maior impacto na conta de serviços de terceiros ocorreu nas despesas da operação MetLife, que até maio de 2025, ficaram abaixo do orçado: OG R\$ 4 milhões x Real R\$ 3 milhões. Essa variação ocorreu porque no orçamento a Entidade considerou dois meses de pagamento paralelo para a MetLife, mas não houve necessidade.

Despesas Gerais:

Representam os custos operacionais relacionados à gestão do Plano, tais como despesas cartoriais e tarifas bancárias que foram orçadas com base nos valores praticados em 2024. O realizado ficou

abaixo do previsto em razão dos desembolsos com cartórios e registros, no total de R\$ 12 mil, e tarifas bancárias de R\$ 3 mil, frente ao orçamento de R\$ 28 mil para despesas gerais.

Tributos:

Os valores relativos ao PIS e à COFINS incidem sobre as receitas administrativas da Entidade, e a TAFIC (Taxa de Fiscalização e Controle da Previc), orçados com base na expectativa de crescimento do patrimônio. No total, os tributos ficaram em linha com as projeções. Entretanto, ao comparar o orçamento com o realizado, observam-se diferenças que aparentemente decorrem do detalhamento das contas na peça orçamentária.

5.1.4 Evolução Patrimonial

Como resultado das avaliações citadas neste relatório, a seguir demonstramos a evolução do patrimônio em relação ao orçamento:

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	Orçado (1º Semestre)	Realizado (1º Semestre)	% de Variação	Orçado (Anual)	% Realizado (acum do ano)
Patrimônio Inicial	4.551.626.880	4.551.626.880	0%	4.551.626.880	100%
(+) Adições	67.025.211	71.179.081	6%	138.613.435	51%
Receitas Previdências	59.666.834	64.393.194	8%	119.333.668	54%
Receitas Administrativas	7.358.377	6.785.888	-8%	19.279.768	35%
(+) Deduções	136.327.560	146.103.357	7%	275.025.520	53%
Benefícios e Institutos	129.319.101	139.718.992	8%	258.638.201	54%
Despesas Administrativas	7.008.459	6.384.365	-9%	16.387.318	39%
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	252.704.433	295.019.979	17%	505.408.866	58%
Patrimônio Final	4.735.028.964	4.771.722.583	1%	4.920.623.662	97%

Ao final do semestre, é possível notar que o patrimônio da Entidade ficou em linha com o esperado.

6. Indicadores de Gestão

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

A CNPC N° 62 de 9 de dezembro de 2024, dispõe que os indicadores de gestão para acompanhamento e controle devem evidenciar, no mínimo:

I – a taxa de administração, em relação:

- a) ao total de participantes e assistidos; e
- b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário;

II – a taxa de carregamento, em relação:

- a) ao total de participantes e assistidos; e
- b) às contribuições dos participantes e assistidos e dos patrocinadores e instituidores ou aos benefícios dos assistidos;

III – as despesas da gestão administrativa em relação:

- a) ao total de participantes e assistidos;

b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados;

c) ao ativo total;

d) ao fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário;

e) às receitas da gestão administrativa; e

f) ao valor estabelecido para o exercício;

IV – as despesas com pessoal, em relação:

a) às receitas da gestão administrativa; e

b) às despesas da gestão administrativa totais;

V – a evolução dos fundos administrativos; e

VI – a observância ao limite de constituição do Fundo Compartilhado, se aplicável.

A seguir, apresentamos os indicadores aplicáveis à Entidade:

INDICADORES	DESCRIÇÃO	1º Sem. (Orçado)	1º Sem. (Realizado)	Acum. Ano (Orçado)	Acum. Ano (Realizado)	Estudo Prewic (S2)
Taxa de Administração Per Capita	Resultado da divisão do total do custeio de investimentos pelo total de participantes/assistidos	R\$ 404	R\$ 242	R\$ 808	R\$ 242	
Taxa de Administração sobre Recursos Garantidores	Resultado da divisão do custeio dos investimentos pelos recursos garantidores dos planos de benefícios	0,06%	0,05%	0,12%	0,05%	
Taxa de Carregamento Per Capita	Resultado da divisão das receitas administrativas previdenciais pelo total de participantes/assistidos	R\$ 680	R\$ 466	R\$ 1.360	R\$ 466	
Despesa Per Capita	Resultado da divisão do valor total das despesas administrativas pelo total dos participantes/assistidos	R\$ 1.033	R\$ 666	R\$ 2.066	R\$ 666	R\$ 1.865
Despesa sobre Recursos Garantidores	Resultado da divisão do valor total das despesas administrativas pelo valor total dos recursos garantidores dos planos de benefícios	0,15%	0,13%	0,31%	0,13%	
Despesa sobre Ativo Total	Resultado da divisão do valor total das despesas administrativas pelo Ativo Total dos planos de benefícios	0,15%	0,13%	0,31%	0,13%	0,43%
Despesa sobre Fundo Administrativo	Resultado da divisão entre o total de despesas administrativas e o saldo do Fundo Administrativo	75,28%	68,10%	150,57%	68,10%	
Despesa sobre Receita	Resultado da divisão do valor total das despesas administrativas pelo total de receitas da gestão administrativa (receitas totais)	95,24%	94,08%	95,24%	94,08%	98,78%
Despesas Realizadas sobre Despesas Orçadas	Resultado da divisão das despesas realizadas versus orçadas no período	91,10%		45,55%		
Evolução do Fundo Administrativo	Resultado da divisão da constituição / reversão do Fundo Administrativo pelo saldo inicial do período	10,42%	11,20%	20,83%	11,20%	

A Entidade foi classificada na segmentação S2 pela Portaria PREVIC nº 563 de 01 de julho de 2024. A segmentação da PREVIC refere-se à organização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) em diferentes grupos, com base em critérios como porte e complexidade, visando uma supervisão mais eficaz e proporcional.

7. AMBIENTE DE CONTROLE

A Resolução CGPC N.º 13, de 2004, trouxe para o âmbito das EFPC princípios, recomendações e obrigações para a prática de governança corporativa, que agregam valor ao resultado e convergem para adoção de um comportamento ético.

Cabe a Entidade adotar gestão de riscos e controles internos e princípios, regras e práticas de governança (relações entre órgãos estatutários da EFPC com participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores, fornecedores de produtos e serviços, autoridades e outras partes interessadas) adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes ao plano de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Com o objetivo de assegurar aos participantes equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país, nós do Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva participamos da apresentação, análise e discussão das demonstrações contábeis e dos pareceres da auditoria, reavaliação atuarial além das notas explicativas, gestão de recursos e dos passivos, aprovados e registrados em atas e mantidos à disposição para consulta na Entidade.

7.1 Avaliação de Riscos e Controles Internos

Os trabalhos de definição conceitual, identificação e avaliação de riscos e controles serão implementados no segundo semestre de 2025 e, por consequência, apresentadas as matrizes de riscos da Entidade.

Está instituído o processo de gestão de riscos e controles internos com geração da Matriz de Riscos e Controles em sistema que facilita a atualização e o acompanhamento da implementação dos planos.

7.2 Compliance

A preocupação com a adequação e a aderência às normas e legislações é fato que se traduz nas funções desenvolvidas sobre o assunto.

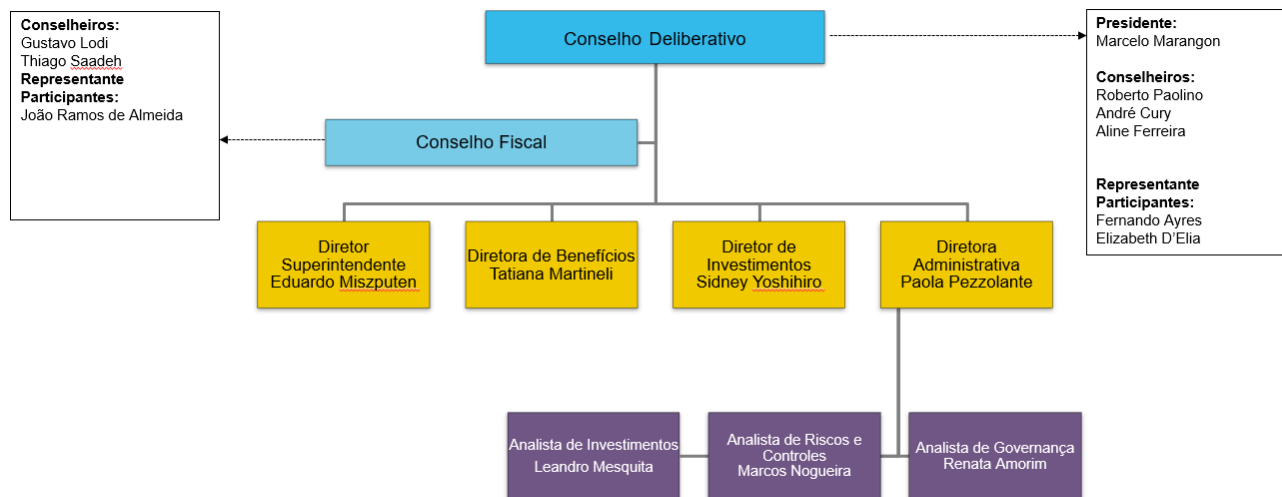
Acompanhar e divulgar mudanças na regulamentação que afetam as atividades da Entidade é uma das principais atividades relacionadas ao compliance. Essa função monitora riscos, especialmente os legais, de alta intensidade, incluindo o acompanhamento das adequações necessárias

7.2.1 Obrigações Legais

A Diretoria Executiva da Entidade informou que neste semestre todas as obrigações legais foram cumpridas no prazo estabelecido pela legislação e complementou que o acompanhamento das obrigações legais é realizado mensalmente junto ao terceiro.

8. GESTÃO DA ENTIDADE

8.1 Estrutura Atual da Entidade



Em fevereiro/2025 ocorreram as eleições para os representantes dos participantes e assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Foram eleitos os seguintes conselheiros: João Ramos de Almeida, para o Conselho Fiscal e Fernando Ayres e Elizabeth D'Elia para o Conselho Deliberativo.

Dentro desse mesmo período tivemos a mudança nas seguintes cadeiras: Eduardo Miszputen deixou a cadeira de Conselheiro Deliberativo e passou para Diretor Superintendente na Diretoria Executiva. Para o seu lugar, Roberto Paolino deixou a cadeira de Diretor Superintendente e assumiu a cadeira de Conselheiro Deliberativo. As patrocinadoras mantiveram os demais membros como seus representantes, não havendo mais mudanças.

Todas essas mudanças foram aprovadas e lavradas em Ata do dia 02 de maio de 2025.

8.2 Certificação e Habilitação

Diretoria Executiva 100% certificados ✓	NOME	CARGO	HABILITAÇÃO	CERTIFICAÇÃO
	Eduardo Miszputen	Diretor Superintendente	NÃO	ICSS Administração
	Tatiana Martineli	Diretora Benefícios	SIM	ICSS Administração
	Sidney Yoshihiro	Diretor Investimentos/AETQ	SIM	CPA-20
	Paola Pezzolante	Diretora Adm/ARPB	SIM	ICSS Administração

Conselho Deliberativo 50% certificados ✓	NOME	CARGO	HABILITAÇÃO	CERTIFICAÇÃO
	Marcelo Trevizani Marangon	Conselheiro Presidente	N/A	-
	Roberto Paolino	Conselheiro	SIM	CPA-20
	Aline Corrêa De Meo Ferreira	Conselheiro	N/A	-
	André Cury	Conselheiro	N/A	CPA-20
	Fernando Ayres	Conselheiro(*)	N/A	CPA-20
Elizabeth Hinden D'Elia	Conselheira(*)	N/A	-	

Conselho Fiscal 67% certificados ✓	NOME	CARGO	HABILITAÇÃO	CERTIFICAÇÃO
	Gustavo Sarraff Lodi	Conselheiro Presidente	SIM	ICSS Administração
	Thiago Saadeh Neves	Conselheiro	N/A	ICSS Administração
João Ramos de Almeida	Conselheiro(*)	N/A	-	

* Representante dos participantes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Conselho Fiscal, nos termos da Resolução CGPC N.º 13, de 2004, parágrafo único, Inciso I, encaminha ao Conselho Deliberativo o presente relatório com suas manifestações para conhecimento e providências necessárias.

O presente relatório ficará na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.